



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROLIVALDO DA COSTA QUEIROZ

**A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL
NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**

PORTO VELHO
2009



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROLIVALDO DA COSTA QUEIROZ

**A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL
NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**

Dissertação apresentação ao Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal De Rondônia como requisito parcial para a Obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Professora Dra. Jacinta Castelo Branco Correia e Co-orientação do Professor Dr. Sílvio Simione Silva.

PORTO VELHO
2009

Q3p

Queiroz, Rolivaldo da Costa

A influência do espaço produzido na formação do município de Ariquemes / Rolivaldo da Costa Queiroz. – Porto Velho, 2009. 106 p.

Orientadora: Prof^a Dra. Jacinta Castelo Branco Correia.

Co-orientador: Prof^o Dr. Sílvio Simione Silva.

Dissertação (Mestrado em Geografia) -- Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2009.

1. Geografia Humana 2. Desenvolvimento Regional-Rondônia 3. Políticas Públicas 4. Assentamento Rural-Ariquemes-Rondônia. 5. Desenvolvimento Regional – Amazônia. I. Título

CDU: 911.373: 332.146.2(811.1)

Bibliotecária Dárcia Marinho, CRB11/322



PPGG

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



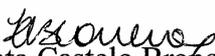
NÚCLEO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rolivaldo da Costa Queiroz

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora Profa. Dra. Jacinta Castelo Branco Correia e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Flávio Batista Simão e pelo Prof. Dr. Silvio Simione da Silva, reuniu-se no dia 28 de abril de 2009, às 16:00 horas no Auditório da UNIR-Centro para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada “*A Influência da produção do espaço rural na formação do município de Ariquemes*” do mestrando *Rolivaldo da Costa Queiroz*. Após a explanação do mestrando, e sua argüição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia foi aprovada

Porto Velho, 28 de Abril de 2009


Profa. Dra. Jacinta Castelo Branco Correia
Orientadora


Prof. Dr. Flávio Batista Simão
Examinador


Prof. Dr. Silvio Simione da Silva
Examinador

Aos meus pais:
Sebastião Custódio de Queiroz e
Verginia Aniceta de Queiroz

Aos meus filhos:
Miquéias Hálive Fernandes de Queiroz e
Matheus Augusto Fernandes de Queiroz.

A necessidade de reencontrar a articulação entre o social e o natural é indissociável da necessidade de reencontrar a articulação entre a História e a Geografia.

MICHEL SIVIGNON

AGRADECIMENTO

À Deus, pela minha existência.

À minha família.

Ao apoio e dedicação desprendidos para com este pesquisador desajeitado: Minha orientadora Jacinta Castelo Branco Correia e ao meu co-orientador Professor Sílvio Simione Silva.

À UNIR pela possibilidade de realização desta pesquisa.

Aos professores que nos acompanhou no período de créditos e de discussões: Professora Jacinta Castelo Branco Correia, Professor Sílvio Simione Silva, Alberto Lins Caldas, Carlos Santos, Dorisvalder Dias Nunes, Luiz Fernando Maia Lima, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Nilson Santos, Flávio Batista Simão e Professor Josué da Costa Silva.

Aos colegas do Mestrado em especial: Jeanne Margaretha Machado, Carlos Zairo Pinheiro (Dom), Alexandre Thomas Herison, Domingas, Terezinha, Maria José (Mazé), Márcio, Aléxis, ao amigo Flávio e a todos os que estiveram conosco nesta jornada de pesquisa e de discussões.

À Solange e Milton Soares uma dívida de gratidão pela acolhida, presteza e carinho dedicado a este singelo ser.

Ao amigo Professor Esp. Woshington Heleno Cavalcante, por disponibilizar tempo do quase sempre curto final de semana para as mais acaloradas discussões sobre os temas e assuntos da pesquisa.

Aos meus colaboradores: Anézio Nunes Ramos, Sr. Alcir Araújo (Cici) e Raul Silvestre.

À Maria Alice que me acompanhou nos momentos de maior angústia, dedicando seu tempo e carinho.

Ainda a todos aqueles que por limitação de lembranças colaboraram para a realização desta pesquisa.

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

GREGÓRIO DE MATOS

SUMÁRIO

SIGLAS	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELAS	13
RESUMO.....	14
PALAVRAS CHAVE:.....	14
ABSTRACT	15
INTRODUÇÃO	16
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
CONCEITO FUNDAMENTAL USADO PARA A ANÁLISE (ESPAÇO – TEMPO / FRONTEIRA / AMAZÔNIA).....	22
REFERENCIAL TEÓRICO	23
CAPÍTULO I	25
1.1 – FRONTEIRA DA AMAZÔNIA: TEMPOS DA PRODUÇÃO NO ESPAÇO DA REGIÃO NORTE E RONDÔNIA.....	25
1.2 – O TEMPO E O ESPAÇO: A DINÂMICA DO CAPITAL E A FRONTEIRA.....	27
1.3 – OS TEMPOS DA INCORPORAÇÃO DA AMAZÔNIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO.....	33
1.4 – A(S) FRONTEIRA(S) NA FORMAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL AMAZÔNICO: DO GUAPORÉ A RONDÔNIA.....	35
1.5 – A FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE MOBILIDADE E A INCORPORAÇÃO DE RONDÔNIA A PARTIR DE 1960.....	38
CAPÍTULO II.....	42
2.1 – DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NA FORMAÇÃO RECENTE DE RONDÔNIA: O SURGIMENTO DE ARIQUEMES.....	42
2.2 – A FRONTEIRA RONDONIENSE COMO ÁREA DE NOVAS OPORTUNIDADES – A OCUPAÇÃO MACIÇA APÓS 1960/1970.....	48
2.4 – OS ASSENTAMENTOS E O SURGIMENTO DE MUNICÍPIOS/CIDADES.....	59
2.5 – O PODER CENTRALIZADOR DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO: DOS RIOS AS ESTRADAS.....	62

2.6 – COMO SOBRESSAI O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES NESTA CONJUNTURA PÓS 1970.....	66
CAPÍTULO III	74
3.1 – ARIQUEMES: FACES RURAIS/URBANAS RONDONIENSE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA ATUAL.....	74
3.2 – TRAJETÓRIA ESPAÇO/TEMPO NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO (CONTRIBUIÇÕES ORAIS DOS MORADORES).....	77
3.3 – UM DEMONSTRATIVO DA EXPRESSÃO ECONÔMICA DE UMA CIDADE QUE CRESCE NA FRONTEIRA	79
3.5 – A RELAÇÃO RURAL/URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REALIDADE DO MUNICÍPIO NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS.....	88
3.6 – ARIQUEMES: UMA CIDADE/MUNICÍPIO DE FRONTEIRA?	89
CAPÍTULO VI.....	92
4.1 – DISCUSSÕES	92
4.2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	102

SIGLAS

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia.
AF – Agricultura Familiar.
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.
CPRM – Serviço Geológico do Brasil.
DIT – Divisão Internacional do Trabalho.
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
IDES – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
NUAREs – Núcleos Urbanos de Apoio Rural.
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido.
PIC – Projeto de Integração e Colonização.
PIN – Programa Nacional de Integração.
PROCACAU – Programa Brasileiro do Cacau.
POLAMAZÔNIA – Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia.
POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste.
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.
RESEX – Reservas Extrativistas.
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial.
SIAF – Sistemas Agroflorestais.
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária.
SEMADEA – Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Econômico e Ambiental.
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico.
ZSEE – Zoneamento Sócio Econômico Ecológico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Arco do povoamento adensado	40
Figura 2: Positividade de Malária 1996/1997	45
Figura 3: Crescimento populacional 1950/2000	47
Figura 4: Planta dos assentamentos	49
Figura 5: As primeiras marcas de uma nova Ariquemes. Setor 1 / 1977	51
Figura 6: As primeiras marcas de uma nova Ariquemes. Setor 1 /1978	51
Figura 7: Extração manual de cassiterita nos anos 1970	52
Figura 8: Extração mecanizada de cassiterita no Garimpo Bom Futuro 2008	53
Figura 9: A produção do Melechete, resíduo da lavra de cassiterita Garimpo Bom Futuro 2008	53
Figura 10: Localização do Projetos de Integração e Colonização	60
Figura 11: Rodovias de ocupação e desenvolvimento	64
Figura 12: Fluxos migratórios no período 1950-1970	68
Figura 13: Destaque para o município de Ariquemes em relação à Rondônia e ao Brasil	71
Figura 14: Estação telegráfica de Ariquemes/Vila Velha	72
Figura 15: Planta urbana	76
Figura 16: Diagrama	79
Figura 17: Município de Ariquemes: imagem de satélite	80
Figura 18: Evolução do rebanho bovino do município 2003	85
Figura 19: Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE)	90
Figura 20: Distribuição demográfica por zona	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Casos de Malária por formas clínicas	45
Tabela 2:	Incremento demográfico de Rondônia no intervalo 1950-1991	46
Tabela 3:	Crescimento populacional de Rondônia entre os anos 1950-2000	46
Tabela 4:	Custo para assentamento de uma família de colono	60
Tabela 5:	Distribuição da renda mensal dos colonos em 1970	70
Tabela 6:	Distribuição do plantio do cacau em hectares, segundo os estados / 1980	82
Tabela 7:	Produção agrícola 2006 lavoura permanente	84
Tabela 8:	Produção agrícola 2006 lavoura temporária	84
Tabela 9:	Extrativismo vegetal e silvicultura	86
Tabela 10:	Distribuição da população por município, segundo a zona	96

RESUMO

O texto procura contribuir para o conhecimento da questão agrária no Estado de Rondônia e a formação de municípios, no entanto, a Amazônia ultima fronteira agrícola do Brasil pode ser considerada terra de superlativos onde até os equívocos são de grande magnitude, onde apresenta-se os assentamentos rurais, a concentração fundiária e a produção de espaços. Desde o início da colonização pelos portugueses, a Amazônia tem mostrado considerável capacidade amortecedora para os conflitos nacionais e como fronteira para o capital, no entanto, Rondônia vem sendo objeto de sucessivos processos de valoração econômica que têm a ver mais com a lógica dos interesses do explorador do que com sua realidade. Para tanto, os estudos a cerca dos processos de ocupação e desenvolvimento regional, apresenta-se ainda pouco explorado pela comunidade acadêmica, fato que nos levou a procurar entender melhor o tema e sua importância enquanto objeto modificador do espaço agrário regional, e como isto reflete na realidade vivida no município de Ariquemes.

PALAVRAS CHAVE:

Fronteira. Produção do Espaço. Assentamentos. Desenvolvimento Econômico. Amazonia.

ABSTRACT

The text tries to contribute for the knowledge of the agrarian subject in the State of Rondônia and the formation of municipal districts, however, the Amazonian finishes agricultural border of Brazil earth of superlatives can be considered where to the misunderstandings they are of great magnitude, where he comes the rural establishments, the concentration fundiária and the production of spaces. Since the beginning of the colonization for the Portuguese, the Amazonian has been showing considerable shock-absorbing capacity for the national conflicts and as border for the capital, however, Rondônia is being object of successive processes of economical rate that they have to do more with the logic of the explorer's interests than with her reality. For so much, the studies the about of the occupation processes and regional development, she still comes little explored by the academic community, fact that took us to try to understand the theme and her importance better while I object modifier of the regional agrarian space, and as this contemplates in the reality lived in the district of Ariquemes.

KEY WORDS:

Bordering. Production of the Space. Establishments. Economical development. Amazonian.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX estivemos diante da necessidade de se pensar o lugar do homem no mundo, as transformações e os referenciais de modelos de desenvolvimento que têm orientado as ações humanas diante da natureza e na construção de ambientes rurais e urbanos.

Desde os primeiros movimentos ambientais, a Geografia foi considerada um instrumento fundamental de sensibilização, conscientização, comunicação, informação e formação de pessoas, como processo fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável da consciência ambiental e ética, de mudança de valores, comportamento e da efetiva participação pública nas tomadas de decisões acerca dos problemas ambientais.

Na constituição de 1988 o artigo 225 enfatiza que: todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, entretanto, as políticas de proteção ao meio ambiente, não se incrementaram com a mesma intensidade que a ocupação da região e o município no mesmo período, visto que o intenso processo de ocupação e urbanização ofuscaram as políticas de desenvolvimento sustentável e um ambiente ecologicamente equilibrado.

A partir de 1970 houve a intensificação do processo migratório em Rondônia, incentivado pelo Governo Federal através do PIN (Programa Nacional de Integração) com a política de ocupação da fronteira agrícola oeste com o discurso de que existiam “vazios demográficos” do Brasil, a incorporação de terras e de população à economia do centro-sul, ainda a distribuição “gratuita” de terra a ex-colonos expropriados das regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil, procurava-se desta forma resolver os problemas sociais em que estavam envolvidas estas regiões.

Para tanto, a realocação deste excedente demográfico sem um diagnóstico sobre a sustentabilidade regional, confirma a observação de Becker (2006), quanto a preocupação com a degradação ambiental, em que pese a modificação para o método de organização do trabalho e a

utilização do espaço rural agricultável, submetido às novas tecnologias e substituição da mão-de-obra humana pela mecanização, contribuindo para a formação do êxodo rural dos agricultores e incrementando sobremaneira o processo de urbanização das cidades do Centro-Sul.

A modificação na forma de produção agrícola nacional contribuíram para que o processo migratório e a concentração de pessoas de origem externa ao Estado de Rondônia, concentrassem nas cidades pré-existentes, e colaborasse para o surgimento de outras. Este processo resultou na transformação do ambiente, rural e urbano, em um ambiente humanizado e transformado.

As políticas públicas¹ criadas para resolver tensões existentes no centro-sul e nordeste e ou a reformulação da matriz econômica nacional, favoreceram um intenso processo de urbanização. O processo de industrialização gerou conflitos no que concerne à mudança da população do campo para a cidade e que levaram os governantes a adotarem medidas de “ocupação das terras despovoadas” da Amazônia Legal. As políticas oficiais favorecessem o surgimento entre os anos 1970-1980 do Estado de Rondônia e Ariquemes. Neste mesmo período surgiram mais de quarenta (40) novos municípios.

A construção da BR-29 iniciada na década de 1940 transformada em BR-364 nos anos 1960, provocou a expansão da fronteira agrícola para o então Território Federal de Rondônia, através de maciços investimentos federais em projetos de colonização oficial e particular. Contudo, a abertura de estradas e principalmente o melhoramento da BR-364, proporciona uma mudança no ritmo migratório regional. Rondônia que apresentava um quantitativo demográfico de pouco mais de 36.935 em 1950, passa para uma população de 888.430 pessoas em 1980, Perdigão (1992, p. 15), acompanhando a nova fronteira agrícola. As “políticas públicas” voltadas para o desenvolvimento da região não leva em consideração as populações indígenas e tradicionais que habitavam o território muito antes da chegada da frente pioneira como diz Martins (1997, p. 174-184), e que apresentava um contingente demográfico muito superior ao mencionado por Perdigão (1992) para os anos 1880.

Esta dinâmica geopolítica criada pelo Estado em favor de um pressuposto desenvolvimentista integracionista, trouxe como consequência a rápida e desordenada formação de aglomerados urbanos, principalmente ao longo do eixo da BR-364, provocando uma ruptura da

¹ PIN, POLONOROESTE, POLOAMAZÔNIA.

estrutura espacial existente, que concentrava a economia nos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, os quais não sofreram agregações diretas com a implantação das políticas de integração e colonização como às registradas na área de influência da rodovia. Como é o caso do município de Ariquemes.

Notadamente, estas políticas não foram exclusivas para Ariquemes, mas contribuíram sistematicamente para o seu incremento demográfico e sua efetivação como cidade e centro regional. O que confere ao município uma importância regional assimilando e concentrando; a produção do conhecimento, da medicina, do comércio, da agroindústria, da pecuária e piscicultura.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A compreensão do novo lugar na Amazônia no espaço mundial e nacional exige uma breve análise da sua formação, historicamente construída. Por sua vez, a definição de políticas públicas visando um desenvolvimento com justiça social e prudência ambiental, demanda uma avaliação das lições do passado, com seus impactos negativos e as potencialidades por ventura geradas.” (BECKER, 2006, p. 23).

Quando da minha vinda para Rondônia em 2003, uma das principais preocupações foi quanto ao intenso processo de antropização e a produção de espaços na Amazônia, em especial o rondoniense. Como Becker (2006) mostra à cima, e a crítica por ela impetrada sugere de fato uma reflexão modelos de políticas públicas utilizadas no desenvolvimento da região, e que as perspectivas para o futuro e as transformações ainda estão praticamente no início, uma vez que as notícias de investimentos na Amazônia mostram que, este ambiente continua sendo o de maior interesse para o capital.

Para tanto, a realização desta pesquisa atendeu a dois temas específicos, em primeiro a abordagem histórica da ocupação da região Norte, onde a principal bandeira foi a de “ocupara para não entregar”, como processo desenvolvimento regional; e no segundo momento uma abordagem às políticas oficiais para o desenvolvimento e integração da região em que pese a presença do Estado de Rondônia como a porta de entrada para as políticas de governo, e ainda entrevista investigativa com moradores tradicionais da cidade –o que poderíamos dizer que são *livros vivos* da história de Ariquemes. As entrevistas reuniu três concepções a cerca do processo de ocupação a formação do município; onde as pessoas entrevistadas colaboram para uma melhor compreensão da dinâmica urbana e rural, do município de Ariquemes. Para tanto selecionamos moradores que tivessem as características de fundadores e que pudessem colaborar com o método empreendido por nós. Assim selecionamos um ex-seringueiro – Anézio Nunes Ramos; um comerciante Sr. Alcir Araújo (Cici) e um colono Sr. Raul Silvestre.

Ao estudar a região de Ariquemes, no que diz respeito à produção e organização do espaço rural, percebemos que a dinâmica urbana e a urbanização do município fora influenciada diretamente pelos processos de colonização agrícola e a garimpagem ocorridos anos 1970–1980.

Para tanto, o caminho que pretendemos seguir na pesquisa, pauta-se da análise de (pesquisa bibliográfica) dados históricos e geográficos que possam dar sustentação à nossa investigação.

Estes elementos nos ajudarão a alcançar o objetivo geral proposto anteriormente, haja vista que compreender os motivos que levaram os governos militares a proporem uma ocupação da então “despovoada” Região Norte pode ser relativamente difícil, pois os dados sobre os processos e agentes organizadores do espaço agrário regional, são ainda pouco discutido.

Para alcançar esta meta, nos baseamos no Livro *Como elaborar projetos de pesquisa* (GIL, 1996), onde afirma que: é usual a classificação da pesquisa em três grandes grupos: 1 – Exploratórias; 2 – Descritivas e 3 – Explicativas. Como a base de nossa pesquisa pautava-se em levantamento bibliográfico sobre a ocupação das terras relacionadas aos assentamentos no município de Ariquemes-RO especialmente aqueles implantados no período que compreende os anos 1970–1980, os conceitos apresentados no texto de Gil (1996), foram suficientes para sustentar a percepção de nossas hipóteses. Para tanto, foram levantados dados dos assentamentos que para a pesquisa fossem significativos no que corresponde a ocupação e desenvolvimento do município e sua organização sócio-territorial.

O uso de entrevistas com moradores que aqui chegaram antes mesmo da criação dos assentamentos e da construção da nova Ariquemes que nos forneceu substanciais contribuições cujas quais nos ajudou compreender os motivos da transferência da sede Vila Velha de Ariquemes, para uma nova sede ou uma nova cidade.

Este conjunto de informações, relacionados aos conhecimentos adquiridos através da bibliografia estudada, corroboraram para a formação e base de sustentação da pesquisa visando atingir as metas propostas no projeto, e nos levou a uma melhor compreensão dos processos em questão e seus reflexos na ocupação agrária, urbanidade da região e a conformação do município.

Entre os objetivos específicos, elaborados para a identificação da realidade camponesa e a produção do espaço rondo-arriquemense, e a relação dos grupos sociais envolvidos, especialmente a desterritorialização e a reterritorialização, do município doravante investigado.

Como mencionado anteriormente, compreender como se organizou e de que maneira o processo de ocupação e organização do espaço agrário rondoniense é produzido a partir das

políticas oficiais de povoamento de “terras sem homens” e a criação de projetos de colonização agrícolas para políticas efetivas.

Diante de tal situação, nos valem das contribuições de Martins (1997), que analisado a movimentação das fronteiras agrícolas nacionais diz que:

“A tendência observada até agora é a da aceleração do deslocamento da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas. Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para “fora” como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes. É notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante.” (MARTINS, 1997, p. 175).

Como esta dinâmica contribuiu para a dinâmica da urbanidade e do desenvolvimento estrutural do município pesquisado. Para tanto, as políticas de ocupação e de ocupação e expansão da fronteira agrícola tem seus pontos favorecidos no instante em que se encontravam terras “livres” da presença do colonizador o que reflete na realidade vivida no município de Ariquemes.

Para tanto buscamos compreender as concepções de ocupação e de fronteira agrícola e do capital que dão suporte à proposta da dinâmica de fronteira rondo-ariquemense e os assentamentos rurais na formação do município, nas formulações teóricas de José de Souza Martins (1997), Ianni (1979), Caio Prado Jr. (1979), Oliveira (1989), Santos (1994), Hèbette (2004), Becker (1998, 2004, 2005), Amaral (2007).

Para a compreensão dos aspectos territoriais e políticas de ocupação relacionados ao espaço produzido na fronteira rondo-ariquemense, nos valem das contribuições teóricas de Kohlhepp (2002), Dollfus (1991), Carvalho (2005), Leal (1984), Paula (2005).

CONCEITO FUNDAMENTAL USADO PARA A ANÁLISE (ESPAÇO – TEMPO / FRONTEIRA / AMAZÔNIA)

Do ponto de vista metodológico, pautamo-nos no princípio qualitativo, em que fizemos entrevistas direcionadas à moradores do município que tivessem qualidade e potencialidade para colaborar para a elaboração de nossa pesquisa, no entanto, procuramos fechar as nossas investigações com três pessoas escolhidas especialmente pelo que cada uma delas tinha a oferecer em termos de qualidade e potencialidade no que se refere ao processo de desenvolvimento e urbanidade de Ariquemes. Para esta análise selecionamos: um ex-seringueiros, que vive na região de Ariquemes desde os anos 1950; um migrante com origens agrícolas fundamentais, o que nos levou a compreender os reais motivos governamentais para a abertura/incremento da nova fronteira e por ultimo, um comerciante, exclusivamente migrante para a função do comercio. Notadamente, a análise qualitativa não rejeita qualquer forma de quantificação, tornando desse modo suficiente e valido o nosso quantitativos investigado.

Quanto ao processo de desenvolvimento da pesquisa em que procuramos conhecer os motivos de tomadas de decisões para a ocupação de “vazios demográficos”, procuramos nos orientar no conceito de espaço-tempo desenvolvido por: Soja (1993), Dollfus (1991), Velho (1972), Santos (1999) e para a questão de fronteira usamos: Mesquita. e Egler (1979), Becker (2004).

REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro capítulo desta dissertação traz uma discussão acerca da dinâmica de Fronteira da Amazônia: tempos da produção no espaço da região Norte e Rondônia. No entanto, a configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que anima a configuração geográfica, tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 1999).

Parafraseando Santos (1999), iremos, no capítulo discutir a dinâmica de ocupação e de desenvolvimento da região Norte. Nisto a fronteira, em sua dimensão espaço-temporal, revela-se como ambiente dinâmico em que estes elementos processualmente são percebidos, vivido e concebido nos acontecimentos diários, nos fatos e fenômenos que se localizam e dão-lhes a face de uma porção territorial em que as novas possibilidades estão postas.

O segundo capítulo procura interpretar a dinâmica socioeconômica recente de Rondônia e a formação do município de Ariquemes, ainda a fronteira rondoniense como área de novas oportunidades – a ocupação maciça após 1960/1970.

O terceiro capítulo mostra os processos de colonização agrícola como mecanismo utilizado pelo Estado autoritário para programar uma gestão territorial na região, além das faces rurais/urbanas rondoniense na fronteira amazônica atual.

O quarto capítulo discute a lógica irracional do Estado no processo de colonização empreendida para o espaço amazônico e a sua transformação, em uma nova fronteira para o capital.

As políticas de ocupação das paragens rondonienses pousam na necessidade de incorporar vastas áreas territoriais à economia capitalista sugerida e exigida pela economia do sudeste brasileiro (OLIVEIRA, 1989, p. 43-53), ira denominar como um caso especial da redivisão inter-regional do trabalho. Esta nova regionalização das atividades colocaria um ponto final na questão do isolamento das economias regionais e, sobretudo estaria promovendo mobilidade para as economias capitalizadas e como diria Marx, estaria promovendo “alienação” e isto seria, portanto:

situação resultante dos fatores materiais dominantes da sociedade, e por ele caracterizado, sobretudo no sistema capitalista, em que o trabalho do homem se processa de modo que produza coisas que imediatamente são separadas dos interesses e do alcance de quem as produziu, para se transformarem indistintamente, em mercadoria.

Portanto, o nosso texto procura estabelecer um diálogo com as políticas de desenvolvimento para a região e que propuseram um aumento demográfico sistemático para Rondônia, criando novas condições de territorialidade e de desenvolvimento humano e que este dinamismo proposto a partir dos anos 1970, estabelece a incorporação da Amazônia à economia do Centro-Sul, não importando com as possibilidades de transformação do meio. Notadamente, as políticas de incorporação da Amazônia criam fenômenos de urbanização em todo o curso da rodovia BR-364, a partir de projetos de assentamentos oficiais e particulares, e mais ainda, possibilita aos antigos núcleos a transformação em municípios emancipados, Ariquemes, portanto surge como município emancipado a partir destas políticas e mais ainda, da implantação de dois Assentamentos Oficiais; Marechal Dutra com 4.667 lotes de 100 hectares cada e o Burareiro com 1.556 lotes de 125/250 hectares cada (AMARAL, 2007).

CAPÍTULO I

1.1 – FRONTEIRA DA AMAZÔNIA: TEMPOS DA PRODUÇÃO NO ESPAÇO DA REGIÃO NORTE E RONDÔNIA

“A natureza física não estabelece guardiões de fronteiras e tampouco estabelece limites de forma deliberada. Na natureza, o limite é um elemento intruso, idealizado. Na natureza, o limite existe como vida.” (HISSA. C. E. V. 2001. p. 20.)

A fronteira é lugar de encontro e desencontro. Os tempos que aqui convivem, fazem do espaço vivido locus da comunicação do passado que se manifesta no presente através do construto social que nos deparamos no cotidiano, e nas proposições o futuro também já se faz no presente. No entanto, a fronteira, em sua dimensão espaço-temporal, revela-se como ambiente dinâmico em que esses elementos processualmente são percebidos, vivido e concebido nos acontecimentos diários, nos fatos e fenômenos que se localizam e dão-lhes a face de uma porção territorial em que as novas possibilidades estão postas.

Assim, a inter-relação entre espaço e tempo, torna-se uma instância inevitável. Isto no sentido de que as “ações humanas constituem de um determinado espaço geografizado dentro de um período de tempo de atividades e ações humanas” (LENCIONI, 1999, p. 115), mas de um tempo que convivência das diversas temporalidades se fazem presente. Estas ações, portanto é quem estarão determinando a sua forma, e o grau de transformação no espaço, Reynaud (1996) caracteriza o espaço utilizando das concepções de Kant século XVIII que diz: espaço e tempo são duas noções habilmente conjuntas e as define uma após a outra e as considera *a priori* do espírito humano, associando-as a duas categorias nos domínios do conhecimento: o espaço como lugar das ações humanas, e, o tempo compreendendo as transformações que o ser humano levou para criar sua identidade neste lugar.

Como vimos, a fronteira é locus privilegiado para esses processos. Como espaço que se abre para novas oportunidades, é ao mesmo tempo limite para convivência de temporalidades diversas dos humanos que nela já viviam, com os humanos que nela estão chegando e se

encontrando. Nisto recriam identidades socioespaciais e socioterritoriais, quase sempre movidas pela dinâmica conflituosa da expansão do capitalismo na apropriação dos recursos que, na fronteira, revelam-se com faces muito mais violentas. São estas questões relativas ao tempo e ao espaço, situando-as no âmbito de abrangência da fronteira que neste capítulo pretendemos discutir.

1.2 – O TEMPO E O ESPAÇO: A DINÂMICA DO CAPITAL E A FRONTEIRA

A análise de tempo e espaço nos permite compreender a dinâmica da produção/organização do ambiente vivido no amplo processo da manifestação socioeconômica que faz a realidade. O tempo pode ser visto como sendo os fatos relacionados à acontecimentos históricos do processo de evolução e acomodação das atividades inerentes às espécies de animais e vegetais que circulam sobre a superfície terrestre Soja (1993), refletindo sobre a organização do espaço como produto social diz que.

[...] tempo e o espaço, no sentido geral ou abstrato, representam a forma objetiva da matéria. Tempo, espaço e matéria estão inextricavelmente ligados, sendo a natureza dessa relação um tema central na história e na filosofia da ciência... O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo [...] (SOJA, 1993, p. 101-102).

O espaço geográfico é diferenciado, pois resulta de um passado histórico, da densidade demográfica, da organização social e econômica e dos recursos técnicos dos povos que habitam os diferentes lugares. Com quanto, o espaço é o lugar onde estas ações se realizam podendo existir espaços não geografizáveis, levando-se em conta a possibilidade de espaços imaginários cujos quais não se tem como mensurar, seguindo a perspectiva de tempo e espaço, Reynaud (1996, p. 7-8) diz que: “mesmo admitindo o caráter inevitável da associação do tempo e do espaço, da História e da Geografia, pode-se dar prioridade a uma ou outra dessas noções: simples problema de escolher a dominante. Se o tempo suplantar o espaço, temos a Geo-História; se o espaço suplantar o tempo, temos a Geografia cultural para o presente e a Geografia Histórica para o passado.”

Notadamente, os pressupostos pretendidos em nossa pesquisa pautam-se das acepções e fatos relacionados à Geo-História. Isto, para explicar como estes elementos de transformação do espaço se constituíram ao longo dos tempos e como eles se comportam na atualidade, em especial, no âmbito da dinâmica da produção capitalista do espaço. Para tanto, este raciocínio, não pode ser colocadas no mesmo plano. O tempo predomina sobre o espaço por múltiplas razões, pois, o tempo é a condição formal, *a priori* de todos os fenômenos em geral Reynaud (1986) citando Kant, diz que:

O espaço pode ser dominado no presente, pois basta se deslocar para contemplar um lugar desejado. O tempo perdido é sempre perdido: reviver pela memória não é viver. Ao contrário, é muito mais fácil reencontrar um lugar. Espaço e tempo não são noções que se situam no mesmo plano. A percepção inconsciente dessa diferença, explica em larga medida a subordinação tradicional dada à História, simples transformação da subordinação do espaço ao tempo. (KANT apud REYNAUD, 1986, p. 48).

Ainda cabe dizer que o termo espaço pode ser considerado um assunto extremamente complexo, espesso e de difícil compreensão no que se refere ao campo de atuação das mais variadas comunidades e em suas mais diferentes formas de atuação sobre ele. Em Geografia pode-se encontrar diferentes definições para o espaço como, por exemplo, o concebido por (REYNAUD, 1986), onde o espaço é considerado como a condição de ocorrência de fenômenos, não como uma determinação dependente deles, e constitui uma representação *a priori* que serve de fundamento, de uma maneira necessária, aos fenômenos exteriores.

Obviamente que outros autores também caracterizam o espaço conforme suas concepções e datas, como o que diz Dollfus (1991) onde um espaço localizável e diferenciado, cada um dos pontos do espaço geográfico esta localizado na superfície da Terra, sendo um espaço localizável, o espaço geográfico é susceptível de ser cartografado.

A produção do espaço torna-se possível a partir do processo de amansamento (embora o amansamento pode também ser uma forma de produção de espaços) e transformação do natural em humanizado, mesmo sendo o processo inicial uma produção do espaço, considera-se que o ambiente amazônico produzido a partir de políticas públicas são elementos favoráveis para que as políticas de ocupação tivessem suas ações realizadas.

Quanto à produção do espaço, Lefebvre (1992) apud. Silva (2005, p. 54) diz que:

“a história do espaço, de uma produção qual se apresenta na realidade e de suas formas de representações, não pode ser confundida nem com as causas de séries de acontecimentos, nem com uma seqüência de costumes e leis, e ideologias, estruturas e instituições (superestruturas). Porém, pode-se admitir que as forças de produção e, naturalmente, as relações de produção, representam uma parte, embora ainda não a tenhamos definida na produção do espaço.”

Esta definição de espaço estabelecida por Lefebvre apud. Silva (2005), nos leva a compreender que o grupo organiza o espaço em função de seu sistema econômico, de sua estrutura social e das técnicas de que dispõe. Todavia, a forma como se organiza o espaço sul amazônico não apresenta esta mesma lógica, uma vez que a preocupação em se ocupar parte de uma idéia central, muito embora, a abertura da fronteira amazônica não foi uma medida para resolver problemas do nordeste e do sul, mas é parte do processo de rearticulação e reterritorialização do capital no Brasil à medida em que a ordem geopolítica do pós-guerra, há uma expansão maciça do capitalismo no país.

Este esclarecimento se faz necessário, pois as pesquisas em muitos casos, fogem aos fatos históricos. Não pode-se compreender um fato ou fenômeno ocorrido no espaço sem se observar as variáveis históricas por que passaram. No entanto, os espaços amazônicos e rondonienses quanto à ocupação e transformação ao longo dos séculos e, em especial, aquelas ocorridas nos últimos 50 anos do século XX, tem mostrado substancialmente marcantes na dinâmica do capital vivido pelo Brasil.

Mesmo assim as prerrogativas de ocupação de ambientes “despovoados” devem-se considerar como sendo subjetivo – uma vez que já se encontravam nestas paragens um contingente razoavelmente numeroso de habitantes. Esses por aqui já se faziam presentes desde antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus. A expansão do capital no mundo se faz sobre estes povos conflitando os tempos diversos que dos humanos que nele se encontram. O resultado foi o extermínio de nações indígenas inteira. O tempo da reprodução do capital se faz aniquilando o tempo e o espaço de povos pré-existentes que não processaram suas vidas na mesma lógica.

Portanto, é a partir das ações humanas que percebe-se as formas de ocupação e transformação do espaço no intervalo de um determinado período, o que se constituirá tempo. Nesta relação espaço tempo apresenta como instância inter-relacionada e interpenetrada, mesmo quando temporalidades diversas se sobrepõem num convívio dos encontros conflituosos promovidos na fronteira.

Neste sentido, a política de colonização da Amazônia, posta em prática a partir dos anos 1960 encerram dois problemas importantes: a questão da terra e do trabalhador rural sem terra. A forma pela qual o Estado foi levado a dar início e desenvolver a colonização dirigida e particular,

na região amazônica, superpõe os problemas da estrutura fundiária/agrária, tanto na Amazônia, como aqueles externos provindos do Nordeste e Centro-Sul do Brasil.

O que nos leva a afirmar que a estratégia encontrada pelo Estado brasileiro pós 1960 foi de ocupar e integrar as terras amazônicas à economia capitalista desenvolvida no Centro-Sul do Brasil. Na verdade, isto foi uma estratégia de evitar enfrentamentos onde o centro das tensões sociais encontrava-se na mudança da matriz produtora e que excluía o trabalhador rural da terra, em todo o país, formando as fortes correntes de êxodo rural e migração inter-regional.

O estabelecimento de uma nova fronteira se verifica a partir do momento em que as mudanças da matriz econômica nacional pós 1960 tem apresentado como elemento visível na constituição do capital e sua distribuição pelas regiões nacionais. A incorporação da Região Amazônica à esta nova dinâmica espacial, tem contribuído substancialmente para a formação de uma nova articulação na produção do espaço sobre um espaço a priori já constituído. Contudo, o espaço da fronteira amazônica não pode ser considerado algo isolado e dissociado. Assim, como vemos que na fronteira, o espaço, conforme define Santos (1999: p. 51), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único na qual a história se dá”.

A integração e o alinhamento da Região Norte brasileira como questão de interesse nacional e a abertura da mais recente fronteira agrícola, apóia-se na capacidade de o capital intervir na disseminação de novas redes de produção e (re)produção de sua matriz econômica. O que para Becker e Egler (1998), esta nova reorganização do capital ligada a:

“economia brasileira acompanhou as modificações substanciais do modo de inserção do Brasil na economia-mundo. A formidável expansão do sistema capitalista mundial no pós-guerra foi acompanhada pelo Brasil, já não somente como exportador de mercadorias, mas, devido à marcante presença do Estado na oferta de infra-estrutura, como campo de investimentos produtivos de empresas nacionais e multinacionais. (BECKER e EGLER, 1998, p. 112).

Portanto, o que se verificou a partir dos anos 1960 foi a incorporação da economia brasileira à nova dinâmica internacional do capital e que ficou marcada pela nova divisão internacional do trabalho (DIT). O Brasil deixa de ser meramente um importador de bens

industrializados e exportador de matéria-prima, para ser uma nação industrializada capaz de transformar seus próprios recursos naturais. A Amazônia é então espaço para a expansão demográfica, mas em especial para o capital que busca atingir uma dimensão que expresse o tamanho do mercado nacional comandado pela região central (centro-sul), a partir da metrópole paulista.

Então, a expansão da fronteira agrícola brasileira de forma central se apóia nas relações de produção e de reprodução do capital, na mobilidade de populações originárias do Centro-Sul e Nordeste brasileiro e de forças atuais do capital que se expande. Nisso a um jogo do moderno em que onde a população de centro-sul de origem rural expropriada pela mecanização da agricultura e a nordestina pela seca, move-se por resposta a forças motoras que dinamizam a fronteira. Como resultado do processo do aprofundamento das relações de produção do capital envolvendo agricultores tradicionais, e os indígenas amazônicos sobreposta pela nova fronteira agrícola, pós 1960, é o que levam ao conflito com as populações que chegam ao âmbito da referida frente pioneira (MARTINS, 1997, p. 147).

A presença do capital como elemento transformador da realidade local faz-se em ciclos de interferência e que se desenvolve no tempo e no espaço apresentando diferentes situações. O Estado brasileiro ao renovar a sua matriz produtora, cria novos elementos que justificam sua interferência em elaborar novos mecanismos de expansão da fronteira agrícola nacional. Quatro elementos são considerados fundamentais para a ocupação da Amazônia: a mecanização da agricultura, tensões camponesas no Centro-Sul, aquisição de terras na fronteira como função de reserva de valor e o desinteresse da fronteira como espaço de investimento.

Ademais, se esse modelo de agricultura encontrou dificuldade de se afirmar no mercado atual, não encontra dificuldades em se afirmar como identidade cultural perseverante no contexto atual (CARVALHO, 2005, p. 84). Políticas voltadas aos interesses dessa massa de trabalhadores, surgem como uma ameaça à estabilidade da estrutura agrária nacional, pois o formato histórico do campo nacional pautado no signo da grande propriedade rural, não mudaria de postura tão rapidamente. Como forma de manter a estrutura oligárquica, a abertura de uma nova fronteira agrícola em terras “despovoadas e ou devolutas” fora para a política nacional a saída viável.

Para tanto, a atividade econômica do caboclo que é a roça de subsistência, e que é considerada como meio de reprodução social, também é uma condicionante de difícil inserção no mercado. No entanto, a abertura de uma nova fronteira constitui como o segundo elemento de

redução das tensões camponesas no Centro-Sul do país. A terceira proposta para a abertura da nova fronteira seria a aquisição de terras na fronteira como função de reserva de valor. E a quarta proposta, aponta a para o desinteresse da fronteira como espaço de investimento, o que levaria os investimentos a direcionarem para as regiões com maior predomínio e tendência ao desenvolvimento do capital, para Silva (1982, p. 126): o desenvolvimento da agricultura só pode ser compreendido na sua totalidade se o considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. Ou seja, as transformações por que passa a agricultura, na sua essência, representam a adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital.

Poderíamos identificar a fronteira Norte brasileira como sendo um dos últimos espaços que se pode considerar passíveis de se enquadrarem na proposta de expansão do capital como a produção de fluxos e fixos, Santos. M. (1994); onde os fluxos estariam ligados ao processo migratório da população já referido, mas também aos rearranjos dessas populações internas a própria Amazônia; os fixos estariam ligados à abertura de estradas, a consolidação de cidades em suas margens e às novas bases estruturantes para a inserção regional no amplo processo global da produção e consumo de mercadorias.

1.3 – OS TEMPOS DA INCORPORAÇÃO DA AMAZÔNIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO

A Amazônia teve ao menos quatro importantes momentos em sua incorporação ao território brasileiro. A primeira passa pelas missões jesuíticas e a construção de fortificações às margens dos rios para que a coroa portuguesa pudesse ter suas terras protegidas de possíveis invasores que tentavam estabelecer domínios na região. No segundo momento, o primeiro ciclo da borracha que aconteceu a partir de 1877 e entra em decadência em 1910.

Deste primeiro ciclo ficaram dois importantes fatores para o processo de incorporação da Amazônia brasileira ao espaço nacional: em primeiro a conquista do Acre e a construção da E.F.M.M. (Estrada de Ferro Madeira Mamoré).

O terceiro momento relevante para a incorporação da Amazônia na produção do espaço brasileiro, surge com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que foi o segundo ciclo da borracha. Onde sua contribuição foi a construção do Banco da Borracha, atualmente o BASA (Banco da Amazônia), neste segundo ciclo da Borracha, ouve um desenvolvimento de certas localidades surgidas no primeiro ciclo, Guajará Mirim e Ariquemes, são exemplos.

O quarto e mais significativo elemento constituinte do processo de incorporação da Amazônia na produção do espaço brasileiro foi a abertura e a pavimentação da BR-29/364. Sobre a abertura e construção da rodovia que ligaria Brasília ao Acre, Paulo Nunes Leal em livro publicado no ano 1984 denominado “O outro braço da cruz” e que dizia:

__ “Sr. Presidente, o Sr. já ligou Brasília a Belém e a Porto Alegre e a está ligando à Fortaleza. Por que não completa o outro braço da cruz construindo a Rodovia Brasília-Acre?”

__ Uai Paulo. E pode?

__ Pode, Presidente, mas é negócio para homem.

__ Então vai sair.”

A referência de Leal (1984) ao fato de que devesse o presidente da República Juscelino Kubitschek em fazer o outro braço da cruz, esta diretamente relacionado a primeira iniciativa de grande envergadura para a penetração sistemática da Amazônia e o seu definitivo conhecimento e povoamento, mesmo que para isso tivessem que enfrentar os conflitos relacionado ao meio ambiente e com as populações tradicionais, em especial as populações indígenas.

Para tanto, muitos acontecimentos importantes na história de um país ou de uma região ocorrem de maneira inesperada, sem prévia preparação ou elaborado planejamento. Entre esses podemos incluir a decisão da abertura da rodovia Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, que só aconteceu em 1960 por diversas circunstâncias ocasionais e porque era Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, que tinha como princípio fundamental o desenvolvimento da nação e a construção de estradas seria a forma esplendorosa para esta integração.

1.4 – A(S) FRONTEIRA(S) NA FORMAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL AMAZÔNICO: DO GUAPORÉ A RONDÔNIA

A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, da linha telegráfica por Candido Mariano da Silva Rondon, o segundo ciclo da borracha e a abertura da BR-29 e sua renumeração para BR-364, mostra-se uma dinâmica de incorporação da região Amazônica muito intensificada. Esta dinâmica transformador do espaço geográfico amazônico, nada mais seria do que a própria dinâmica do capital mostrando sua capacidade de incorporação e de transformação de espaços “vazios” em espaços comercializáveis.

A criação do território Federal do Guaporé foi efetivada pelo Governo Federal com o desmembramento de terras dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso pelo Decreto Lei Nº 5.812 de 13 de Setembro de 1943. Getulio Vargas cria por Decreto o Território Federal com o intuito de garantir a segurança das fronteiras do Brasil, e a mobilidade do capital.

O Território Federal do Guaporé criado em 1943, teve como primeiro Governador o Major Aluizio Pinheiro Ferreira, que tinha a árdua tarefa de administrar e dar condições de viabilidade para a circulação do capital, que teve na eclosão da Segunda Guerra o segundo ciclo da borracha e a chegada de um grande contingente de trabalhadores rurais extrativistas na condição de Soldados da Borracha, notadamente, este momento de conflito internacional, representou não só o transplante de pessoas para a extração do látex de seringa (borracha), como também favorece uma nova formação socioterritoriais do Guaporé.

Sobre o Soldado da Borracha e o esforço de guerra o ex-seringueiros Anézio Nunes Ramos em entrevista realizada no dia 27 de Maio de 2006 em sua residência localizada na Vila Velha bairro Marechal Rondon, em que diz:

[...] Sou baiano de nascimento e rondoniense de convivência. Eu nasci na Bahia em 17 de fevereiro de 1922. Com 22 anos de idade eu vim para Rondônia ... depois ... Rondônia naquele tempo era Território Federal do Guaporé ... eu não vim, fui trazido pelo governo federal ... na época da Segunda Guerra Mundial fui alistado. Vim num contingente de muitos homens de todos os Estados brasileiros da parte do Nordeste. Apesar de que chegou no Vale do Jamarí somente eu, só que todos nós que somos de lá ... viemos com o destino de produzir borracha para esforço de guerra *americano* ... mas que o nosso presidente naquela época era

Getulio Vargas, ele se aliou-se com o presidente americano na época. Fiz parte daquele contingente. Ai ele prometeu que daria ajuda aos americanos como esforço de guerra. Ai ele encaminhou 25.354 homens novo para a *batalha* de Monte Castelo. E mais 66 mil homens novo também de 18 a 30 e 30 a 18, nessa forma para vim para a Amazônia. Calhou de sorte que eu vim para o Jamarí ... onde fica o Estado de Rondônia ... onde fica a cidade de Ariquemes hoje. Cheguei aqui no dia 14 de Abril de 1945 ... e permaneci como seringueiro de 1951 [...]

Entretanto, a utilização de homens recrutados como soldados da borracha tinham na ampliação da produção da borracha em seu favor, a mão de obra liberado pelo governo brasileiro, formada especialmente, pela massa de excluídos ou não da agricultura do Nordeste. Isto para ampliar a produção de borracha, com o apoio técnico e financeiro do governo norte-americano em guerra contra o Eixo (Berlim-Roma-Tóquio). Segundo, Álvares-Afonso (2008, p. 49) isto foi fundamental para a ampliação do contingente de trabalhadores e de população no Território Federal do Guaporé.

Em 17 de fevereiro de 1956, o então Presidente Juscelino Kubitscheck sanciona Lei 2.731 que modifica a denominação do antigo Território do Guaporé para: Território Federal de Rondônia.

O incremento populacional para o Território se dá de maneira mais intensificada a partir dos anos 1950, em virtude à descoberta do mineiro de estanho (cassiterita) em terras do seringal de Joaquim Pereira da Rocha, na área do rio Machadinho, região de Ariquemes. A garimpagem atrai um grande número de migrantes para o território e favorece ao incremento populacional, no Terceiro Distrito de Porto Velho.

Em 1981 elevado a categoria de Estado pelo então Presidente João Batista Figueiredo em 22 de Dezembro de 1981 pela Lei Complementar Nº 041, tendo sua instalação realizada em 04 de Janeiro de 1982 como primeiro governador Jorge Teixeira de Oliveira período – 04/01/82 a 10/05/85.

Neste momento histórico, o cenário rondoniense passava por profundas transformações com o reordenamento das políticas regionais, o que nos permite dizer que ocorria um fervilhamento das fronteiras internas nesta época. Esta dinâmica favorece a uma mistura de culturas e grupos tradicionais com os migrantes de outras regiões, notadamente surgidas no

município e cercanias em decorrência do ciclo da Agricultura, que amplia a influência do poder não mais centralizado em Porto Velho e Guajará-Mirim, para favorecer uma nova dinâmica de fronteira.

Para tanto, tem-se neste momento a criação da Lei Complementar Nº 6.921 de 16 de Junho de 1981, sancionada pelo Presidente da República João Batista de Oliveira Figueiredo, em virtude da nova dinâmica de ocupação pautada na agricultura, e no eixo da BR-364, seis novos municípios, sendo desmembrados principalmente de: Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim e que vão dar um novo impulso não só demográfico, como também dinamizam a fronteira agrícola regional.

A Lei Complementar Nº 6.921 de 16 de Junho de 1981 cria a partir de desmembramento os municípios: Jarú, Ouro Preto d'Oeste, Presidente Médice, Espigão d'Oeste, Colorado d'Oeste e Costa Marques.

Portanto, a criação de novos municípios e o asfaltamento da BR-364 no curso dos anos 1980, favorece à fronteira (Rondo)Amazônica e ao município de Ariquemes, uma dinâmica sistematicamente favorável à elevação do Território Federal de Rondônia á categoria de Estado pela Lei Complementar Nº 041 de 27 de Dezembro de 1981.

1.5 – A FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE MOBILIDADE E A INCORPORAÇÃO DE RONDÔNIA A PARTIR DE 1960

O avanço tecnológico e a nova divisão nacional do trabalho, pela qual o Brasil atravessava na década de 50 e a necessidade de abrir sua economia para o capital estrangeiro o que influenciou para a substituição da matriz produtora nacional, pautada na produção agrícola para a produção industrial capitalista têm levado uma grande parte da população brasileira que é de origem rural ao êxodo. Contudo, os trabalhadores rurais que estiveram envolvidos diretamente no processo de reestruturação social, e que passaram pelo desconforto da expropriação, muitas vezes com um nível de instrução baixo, tiveram que adaptar-se ao novo momento que era o de trabalho assalariado nas fábricas das cidades ou foram simplesmente inchar as suas periferias tornando um exercito de mão-de-obra de reserva para o capital.

Para a região norte em especial a Amazônia sul-oriental, pode-se notar uma série de medidas governamentais implementadas a partir de grandes projetos de colonização e de incorporação de terras ao modelo de produção capitalista nacional. Dentre estas medidas de incorporação encontra-se: PIN, POLAMAZÔNIA, POLONOROESTE e SUDAM.

O PIN (Programa Nacional de Integração), teve como pressuposto fundamental a alienação da região ao modelo capitalista do Centro-Sul, como afirma KOHLHEPP (2002) o programa foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, realizado por construção de numerosas estradas de longa distância, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e também Cuiabá-Porto Velho-Manaus.

O POLAMAZÔNIA criado pelo decreto N° 74607 de 25-09-1974 (Programa Especial de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia), que tinha por finalidade o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais e florestais, em áreas da Amazônia Legal, que estariam sendo permitido as atividade de *business* Kohlhepp (2002, p. 39).

Como pressuposto de alívio à crise do petróleo, que estaria forçando o governo a cancelar investimentos em atividades primária e na geração de excedentes agrícolas, o POLONOROESTE criado pelo Decreto n° 86.029 de 27 de maio de 1981 (Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil tinha por finalidade estabelecer o asfaltamento da BR – 364, entre Cuiabá-MT e Porto Velho-RO), bem como executar componentes relacionados ao

desenvolvimento agrícola e questão sócio-ambiental (educação, saúde, proteção ambiental e questão indígena).

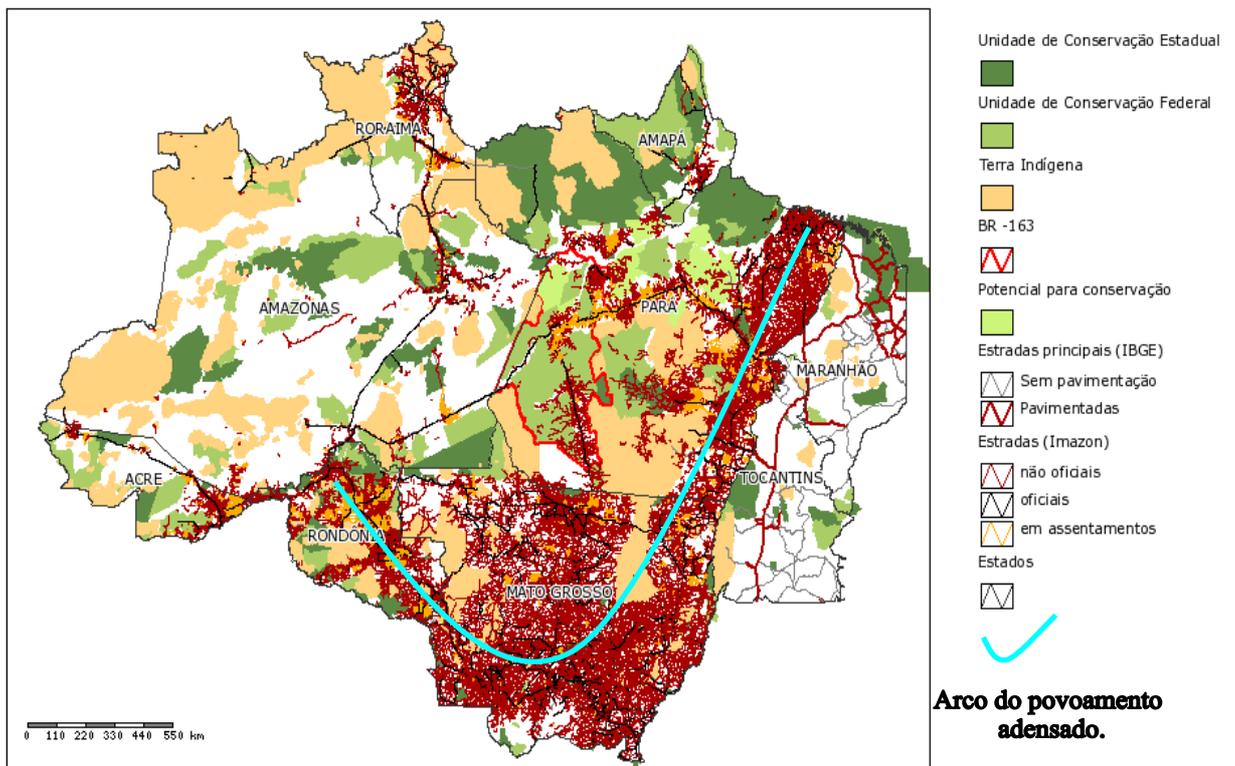
A SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) que tinha como fundamento básico o planejamento e desenvolvimento auto-determinado, ou mesmo participativo de acordo com o potencial endógeno da região Kohlhepp (2002).

Estas políticas governamentais elaboradas por governos militares a partir dos anos 1960, favoreceram o índice de ocupação da Amazônia, o que para Becker B. (2005), constituiu em um fenômeno denominado como: arco do povoamento adensado como mostra a figura 1 p. 40. Em especial as áreas de rodovias pavimentadas.

Este modelo pautado na premissa de que os planejadores sabiam o que estavam fazendo em seus gabinetes e sem levar em conta as peculiaridades regionais, criaram e implantaram seus projetos sem terem noção dos resultados finais de tamanho investimento.

A SUDAM seria em maio de 2001 substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Isto, em virtude a enorme quantidade de recursos desviados (KOHLHEPP, 2002, p. 53), recursos estes que deveriam ser destinados a projetos de desenvolvimento regional.

Figura 1: Demonstrativo do Arco de povoamento adensado.



Fonte: IBGE-2000.

Compreendendo a complexidade da produção do espaço da fronteira, Silva. S. S. (2005) em tese sobre a resistência camponesa e o desenvolvimento agrário na Amazônia-Acreana diz que:

[...] dessa forma, a fronteira é produto da rearticulação do espaço nacional na nova divisão mundial do trabalho e da produção. Então, é espaço que se produz com capacidade sistêmica de gerar dinâmicas produtivas que conduzam a região ao circuito do mercado mundial, via maior integração ao espaço de produção e circulação nacional. Então, a fronteira é receptáculo de medidas inovadoras que amenizam conflitos gerados, numa relação “centro (Sudeste) – periferia (Amazônia)”. O poder público e suas instituições são instâncias gestoras dos choques de interesse no sistema. O “novo” como construção de dinâmicas capazes de introduzirem novas formas, novas estruturas, novas situações com repercussões nestes territórios em sua formação sócio-espacial [...] (SILVA. 2005, p. 40-41).

Contudo, além de ser a região um ambiente de amortecimento das tensões surgidas no Nordeste e no Centro-Sul do Brasil em relação à nova forma de desenvolvimento da matriz

econômica nacional, a Amazônia como um todo e especialmente Rondônia passa a ser o lugar das oportunidades para esta população excluída dos novos meios de produção e dos fenômenos naturais nordestinos.

Como apresentado anteriormente, a dinâmica de fronteira amazônica/rondoniense, continua sendo um lócus de encontro do novo com antigas formas de subsistência, e nesta relação em que esta envolve a resistência do velho com o novo, que resiste mais que incorpora as novas relações de subsistência, na construção de seu devir, como condições reais, reveladas, em possibilidades. Desta forma, a fronteira é lócus do exercício da alteridade Silva. S. S. (2005), onde se mostra o contraditório, ou seja, uma fronteira que ainda não se esgotou. Contudo, pode-se afirmar que a Amazônia é uma fronteira inacabada.

CAPÍTULO II

2.1 – DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NA FORMAÇÃO RECENTE DE RONDÔNIA: O SURGIMENTO DE ARIQUEMES

Com a chegada dos migrantes, dos colonizadores, a agricultura migratória tradicional é então substituída pela *agricultura migratória em desequilíbrio*. Isso ocorre pelo desconhecimento das regras seculares e dos costumes da cultura indígena, por parte dos migrantes recém chegados à área de fronteira agrícola. (ÁLVARES-AFONSO. 2008, p. 226-227).

No contexto mais recente da formação sócio-territorial de Rondônia, o espaço rural ariquemense que fora produzido a partir das políticas governamentais, como: PIN, o programa POLAMAZÔNIA de 1974 a 1980, SUDAM (ADA), tornaram os mais relevantes elementos de integração da Região Norte/Rondônia às demais regiões brasileiras, e que possibilitaram a incorporação de pessoas e de capitais ao desenvolvimento da nova fronteira.

Estas foram criadas para “proteger fronteiras” como estimavam os governos centrais, principalmente os militares, onde o que estava definitivamente subentendido era; reduzir as tensões sociais surgidas nas regiões Centro-Sul e Nordeste do país, em virtude das mudanças no padrão de produção e reprodução do capital. Mas também veio como possibilidade de apresentar-se como pressuposto a distribuição de terras para filhos de trabalhadores rurais sem terra e estabelecer reforma agrária no Norte. Demanda esta intensifica a partir da mecanização agrícola e concentração de terras no Sul do país. Política esta que expropria o trabalhador rural do campo e acaba relocando-o na periferia das cidades.

Ao Estado caberia promover a integração das regiões brasileiras, visto que as mesmas não se relacionavam de maneira dispersa a estrutura de arquipélago econômico segundo Becker. B. (1998), torna-se ultrapassado pelo fato de que a partir dos anos 1960, houveram mudanças significativas nas estruturas de reprodução do capital em que pese a estrutura econômica, que se transformou com a industrialização.

Para tanto, a partir dos anos 70, novas áreas territoriais na nova fronteira econômica com o estabelecimento de assentamentos agrícolas nas regiões Centro Oeste e Norte brasileiro especialmente Rondônia, surge como elemento de resolução para os problemas sociais e a definitiva integração necessária às regiões brasileiras.

O espaço rural ariquemense produzido pelas políticas oficiais e que antes era um ambiente considerado pelos migrantes, carente de infraestrutura. Em um primeiro momento, a falta de infraestrutura na nova fronteira é vista como elemento principal para a exclusão dos trabalhadores rurais. Isto, muito embora, novas políticas de desenvolvimento e consolidação são criadas e torna região atraente e definitivamente propícia ao imigrante.

Notadamente, que a partir dos anos 1970 e a partir de uma política de ocupação de espaços vazios e de uma intensa campanha de arregimentação de novos colonos, para as terras “devolutas” às margens das rodovias, promovem um grande fluxo migratório para a região central do Estado para estarem sendo assentados em projetos oficiais, e particulares como será analisado mais profundamente no próximo item.

Para tanto, muitos colonos que dirigiram-se para os assentamentos rurais criados em Ariquemes os anos 1970, não ficaram em seus lotes, outros nem mesmo chegaram a ver sua localidade tendo em vista uma série de agravantes que limitavam sua mobilidade pelo território, onde a falta de infra-estrutura principalmente de estradas nos assentamentos, foi para os colonos os principais elementos que limitavam o acesso aos lotes, onde sem dúvida um dos mais terríveis, pois não se tinha como transportar a produção e nem mesmo locomover dentro dos assentamentos. O que faz da falta de estrada elemento extremo e limitador da permanência dos colonos no campo.

As condições de existências não eram nada animadoras, pois os acessos aos núcleos urbanos eram extremamente difíceis. Os travessões e as linhas neste período inicial, eram na verdade apenas picadas no meio da mata. Aqueles que por um motivo ou outro necessitassem de locomoção ou transportar a produção para a cidade, deveriam fazer a usando o *cacaio* (uma espécie de mochila, muito utilizada no início da colonização da região de Ariquemes), pois não se tinha um meio de transporte efetivo e as vias de circulações terrestres não ofereciam boas condições de trafegabilidade.

Estes elementos favoreceram sobremaneira a desistência de muitos assentados. No entanto, estes não foram os únicos elementos que colaboravam para uma desistência dos produtores rurais

assentados em terras de PAD Mal. Dutra, PAD Burareiro e Licitação. Conforme Chaves (2001), a região apresentava índices alarmantes de endemias, principalmente malária.

[...] a malária é o principal problema de Saúde Pública em Rondônia, influenciando inclusive no fracasso de alguns projetos de assentamentos agrícolas neste Estado. Durante as últimas décadas, o Programa de Controle da Malária tem se concretizado principalmente o uso de inseticidas órgãoo-sintéticos a grande escala, com prejuízos ambientais para a região (CHAVES. 2001, p.76).

A procura por novas oportunidades, fizera com que o processo migratório não sofresse desaquecimento, embora as dificuldades encontradas pela população migrante, na nova fronteira fossem extremas. Chaves (2001, p. 27), afirma que: [...] o resultado de uma política de colonização oficial e ocupação populacional coexistem espaços de recente expansão do capitalismo no qual se estrutura uma rede regional de cidades [...] onde níveis de transformação e o processo migratório continuou seu caminho ascendente, mesmo assim, as árduas condições enfrentadas pelos migrantes, mesmo em épocas em que as condições de existência já tivessem alcançado melhoras significativas na possibilidade de subsistência, o índice de infestação de melária continuou alarmante.

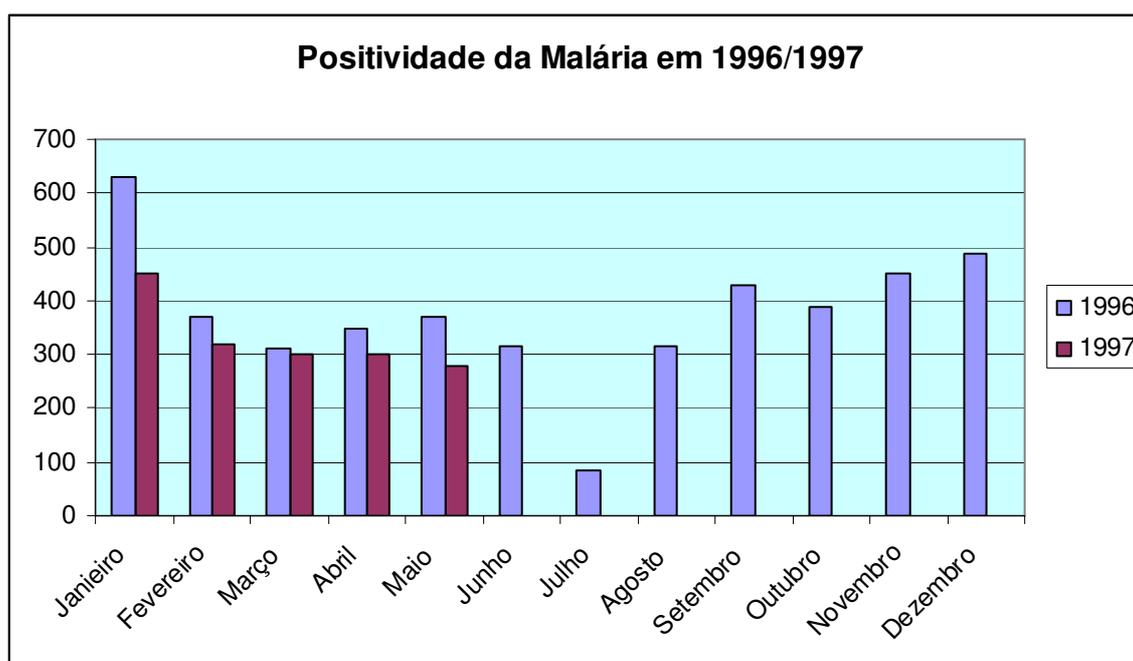
No período posterior aos anos de implante dos assentamentos e da garimpagem, podemos notar um quadro de grande positividade da malária, mesmo não tendo as informações de positividade do período compreendido de Junho a Dezembro de 1997 nota-se um quadro auto de positividade da endemia que mais assustava os migrantes e que limitava sua permanência na nova fronteira, como mostra (tabela 1: p. 45, desta pesquisa) Chaves (2001, p. 76) onde a malária é o principal problema de Saúde Pública em Rondônia, influenciando inclusive no fracasso de alguns projetos de assentamentos agrícolas neste Estado. Pode ser observado no figura 2 de positividade de Malária em Rondônia.

Tabela 1: Casos de Malária por formas clínicas².

Ano	Casos	Falciparum (%)	Casos	Vivax (%)	Casos	Falc. + Vivax (%)
1988	148.117	53,23	128.449	46,16	1.702	0,61
1993	29.754	29,61	70.095	69,78	592	0,58
1996	27.316	28,31	68.903	71,43	451	0,46
1997	14.770	21,34	54.001	86,30	409	0,59
1998	17.516	22,51	59.707	76,74	576	0,75

Fonte: FUNASA, 1988-1998.

Figura 2: Positividade da Malária em Ariquemes: 1996/97.



Fonte: F.N.S/Ariquemes. 1997.

Contudo, a tabela 2 sobre os índices migratórios para Rondônia no intervalo das décadas 1950/1991, mostre uma intensa movimentação demográfica, os níveis de positividade de malária, como mostra o figura 2, não impediram aos produtores rurais ou não de migrarem para a região e especialmente para Ariquemes, e que ajudaram a desenvolver o município, como diz Raul

² Os dados apresentados na tabela 1, não apresentam uma linearidade temporal, no entanto, acreditamos na veracidade dos dados nela contido.

Silvestre³: [...] o que nos trouxe pra cá ... foi o motivo do plantio do café. Sai de Santa Catarina dia 02/09/1980 ... cheguei em Ariquemes dez dia depois. [...] fomos para a linha C 75 da BR-421, onde moramos 4 anos ... ali ... na luta pra cá e pra lá ... durante esses quatro anos que ficamos lá ... deu 64 malárias na minha esposa ... nesse intervalo, ela engravidou e com malária atrapalhando foi uma gravidez muito sofrida [...].

Tabela 2: Incremento demográfico de Rondônia no intervalo 1950-1991.

Censos Demográficos	População	Períodos	Incremento Populacional
1950	36.935	--	92%
1960	70.783	1950/1960	57%
1970	111.064	1960/1970	353%
1980	503.070	1970/1980	125%
1991	1.130.874	1980/1991	--

Fonte: Censo Demográfico do IBGE-2000.

Esta dinâmica de ocupação fará da região amazônica e de Rondônia especialmente, as áreas com maiores fluxos demográficos, ultrapassando até mesmo os índices nacionais como mostra a tabela 3 e a figura 3.

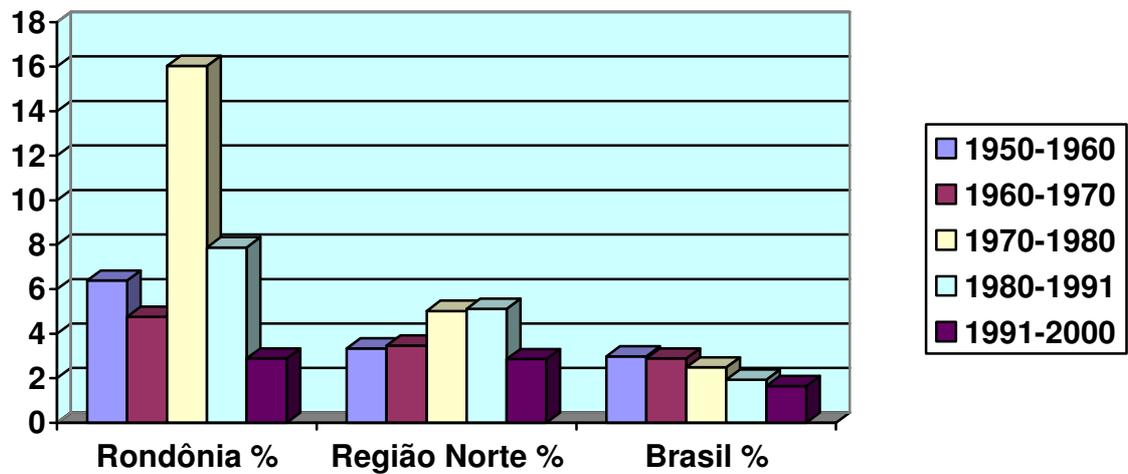
Tabela 3: Crescimento populacional de Rondônia entre os anos 1950-2000.

Taxa de crescimento populacional de Rondônia com relação a região Norte / Brasil.			
Período	Rondônia %	Região Norte %	Brasil %
1950-1960	6,39	3,34	2,99
1960-1970	4,76	3,47	2,89
1970-1980	16,03	5,02	2,48
1980-1991	7,88	5,12	1,93
1991-2000	2,89	2,86	1,64

Fonte: IBGE. Anuário estatístico de 2000, Censo Demográfico de 2000.

³ Raul Silvestre é migrante de Santa Catarina, natural de Rio Grande do Sul (Porto Alegre), entrevista realizada em 19 de Janeiro de 2009.

Figura 3: Crescimento populacional / Rondônia 1950/2000.



Fonte: IBGE. Anuário estatístico de 2000, Censo Demográfico de 2000.

A mobilidade do excedente demográfico vindo para Rondônia esbarrou-se nas dificuldades oferecidas pela natureza; embora a existência das técnicas suplantaram a determinação da natureza, aja vista que “na ordem política e econômica, a natureza dá as cartas mas quem faz o jogo é o homem”. A sobrevivência em um ambiente pouco conhecido pelos colonos migrantes recém chegados limitaram sua mobilidade, muito embora o fluxo migratório não cessaram como demonstra-se anteriormente com a tabela 2, 3 (p. 46 desta pesquisa) e a figura 3, de incremento demográfico ocorridos entre os anos 1950/2000.

Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos migrantes (agricultores, garimpeiros, comerciantes e outras agremiações), buscavam na nova fronteira oportunidades de se desenvolverem e de “fazer riqueza”, no entanto, proporcionaram para a região em discussão, um intenso processo migratório, que faz da nova fronteira uma área de novas oportunidades. Notadamente, que as oportunidades apresentadas na nova fronteira, são apenas uma concepção de desenvolvimento do mecanismo de interferência do capital como instrumento modificador, utilizando da dinâmica demográfica para se desenvolver e criar novas redes, novos fixos e fluxos.

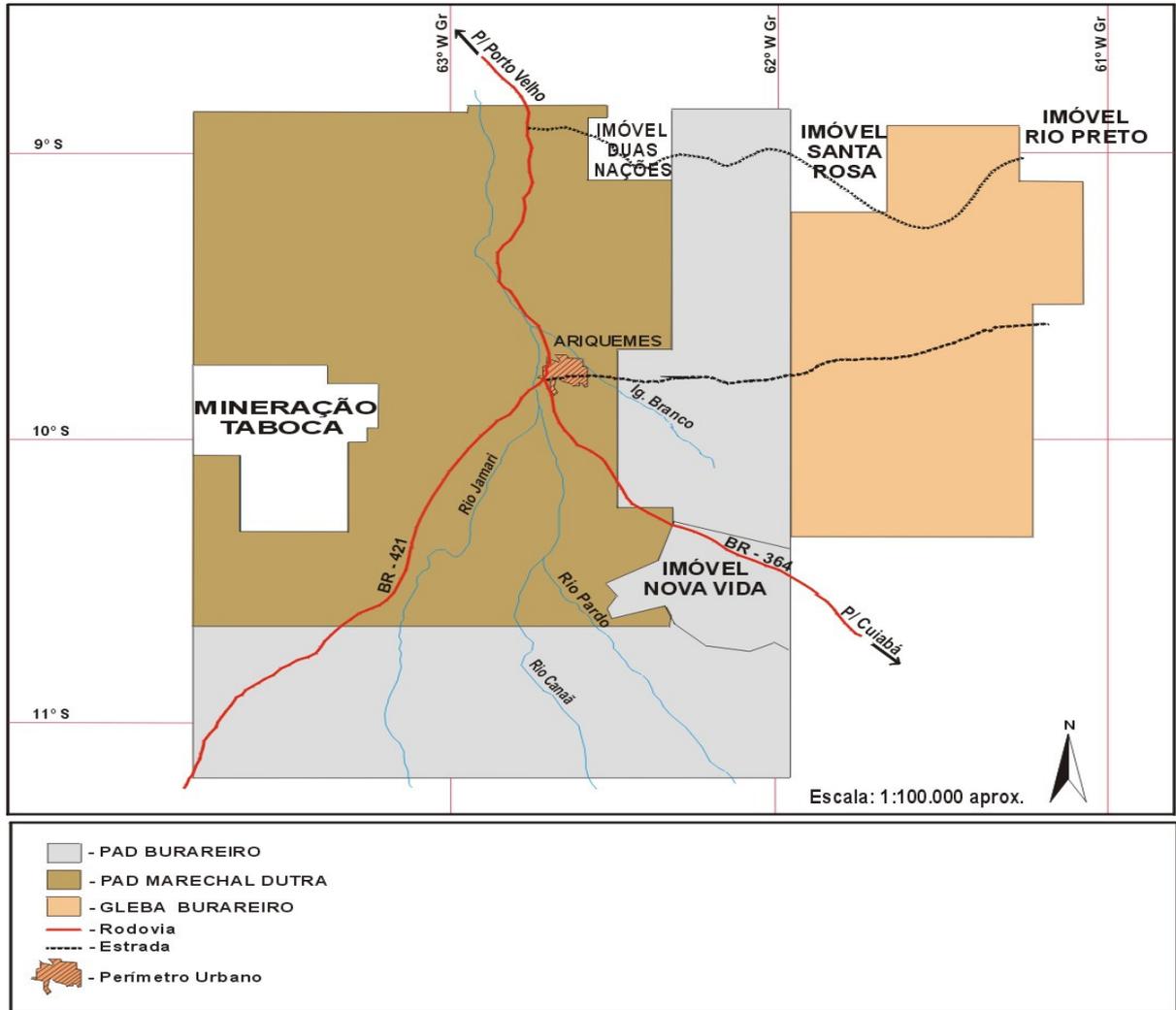
2.2 – A FRONTEIRA RONDONIENSE COMO ÁREA DE NOVAS OPORTUNIDADES – A OCUPAÇÃO MACIÇA APÓS 1960/1970

A construção da BR 364 em 1960 “intensifica” o processo de integração nacional e a aproximação da Região Amazônica às demais regiões brasileiras. Esta situação fortalece a retomada no processo de ocupação do Território Federal de Rondônia. Com a estrada abria-se uma via para a expansão das correntes de mobilidades vindas do Centro-Sul, facilitando a entrada de frentes de investidores/especuladores, da frente demográfica, e como diz o senhor Alcir Araújo (Cici): “éramos todos aventureiros na busca de terra, e ou por obtenção de riquezas”. Era, portanto, a expressão primordial da dinâmica da mobilidade do capital e trabalho na fronteira, fomentada pelas políticas públicas e sob o lema da integração nacional.

O argumento de uma organização fundiária e agrária fez com que o Governo Federal estabelecesse o Programa Nacional de Integração (PIN) como política pública em 1971. Com isto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, criado em 1970 pelo Decreto Lei 1.110 de 09 de Julho de 1970) passaria a desapropriar os seringais próximos à BR-364, na região da Vila Velha de Ariquemes.

Notadamente, a construção da BR-364 se deu a partir sob o traçado deixado pela linha telegráfica construída por Rondon no início do século XX. Isso proporciona logo após o início dos anos de 1960 sua definitiva abertura. Já em seguida aos anos 1970, áreas de antigos seringais no trecho compreendido entre a Vila de Rondônia (Ji-Paraná) no seringal Papagaios, começam ser tomados para estudos que resultariam nos projetos de assentamento Burareiro, Marechal Dutra e Licitação (figura 4, p. 49 desta pesquisa).

Figura 4: Planta dos assentamentos: PAD. Marechal Dutra, PAD. Burareiro e Gleba Burareiro.



Fonte: INCRA – 2008.

Quanto às áreas destinadas à licitação pública, Lopes e Neves (1992, p. 86) diz que:

[...] além das áreas destinadas a Projetos de Colonização, o INCRA vem promovendo a venda a particulares, mediante licitação pública, de determinadas glebas arrecadadas, a União através dos Projetos Fundiários. Tais áreas objetivam a implantação de grandes e médias empresas rurais, dentro do limite legal permissível (até 2.000 ou 3.000 ha, conforme estejam dentro ou fora da faixa de Fronteira), e se destinam a atividades pecuárias, como é o caso da gleba Corumbiara, próxima a Vilhena, e a agrícola, como a Burareiro, contígua ao Projeto do mesmo nome e, como aquele, também destinada ao cultivo de cacau.

Em 1975, estes projetos entram em fase de implantação. O crescimento populacional é sentido e envolve a ação conjunta do INCRA, Governo do Território e Prefeitura Municipal de Porto Velho. Para tanto, o novo contingente, eleva a preocupação dos administradores na criação de um planejamento urbano, com vistas a ocupação racional e planejada da área dos municípios que estavam recebendo um número muito maior de migrantes do que sua capacidade instalada permitia.

Contudo, o expressivo contingente de migrantes que se instalaram com o intuito de “ganhar” terra do governo, acabaram exigindo do Estado a sua devida adequação aos novos modelos do aglomerado urbano, visto que primeiro os migrantes alojavam-se nas cidades ou vilas, e somente depois iriam para os lotes, quando conseguiam. O fato é que a demanda foi maior do que a oferta, gerando um descompasso na política de “reforma agrária” e de assentamento dos migrantes, e com isso um aumento dos sítios urbanos e as suas ocupações.

Para tanto, Antônio Carlos Cabral Carpinteiro, Prefeito de Porto Velho, determina a transferência do Distrito de Ariquemes, localizado às margens do rio Jamari (Vila Velha), onde atualmente se localiza o Bairro Marechal Rondon, para outra localidade às margens da rodovia BR-364, onde foi instalado a cidade planejada, dividida em setores: Institucional, Comercial e Residencial.

As figuras 5 e 6 (p. 51 desta pesquisa) mostram o início da construção da cidade de Ariquemes a partir de 11 de Fevereiro de 1976. Esta data marca o início da (re)implantação da nova sede municipal na margem direita da BR – 029/BR – 364.

Figura 5: As primeiras marcas de uma nova Ariquemes. Setor 1: mudança da cidade da Vila Velha para a nova sede /1977.



Fonte: Museu Cândido Mariano Rondon, Ariquemes.

Figura 6: As primeiras marcas de uma nova Ariquemes. Setor 1: mudança da cidade da Vila Velha para a nova sede /1978.



Fonte: Museu Cândido Mariano Rondon, Ariquemes.

Notadamente, a desativação do Garimpo (Bom Futuro) de cassiterita pela portaria nº 195 de 1970 com o intuito de eliminar a prática predatória – lavra manual (figura 7), o Ministério de Minas e Energia, estabelece sem a completa análise de seus resultados. Com esta medida, promove a expulsão dos garimpeiros que expulsos de suas localidades e sem perspectiva de subsistência, migraram para a recém criada cidade em busca de subsistência e reprodução do capital. Desta forma, o município ganha um número elevado de pessoas, o que facilita ao crescimento acelerado e desordenado.

Figura 7: Extração manual de cassiterita /1970.



Acervo: Museu Marechal Rondon - Ariquemes.

Com o fechamento do garimpo Bom Futuro em 1970 pelo MME, a população de garimpeiros executa um fluxo migratório rumo à cidade de Ariquemes que estava em seu início. O processo de garimpagem manual foi interrompido com o intuito de proteger o meio ambiente da ação predatória. Sendo reaberto posteriormente, e liberada a extração mecânica por ser menos “danosa” ao meio ambiente. O fechamento do garimpo de cassiterita e a sua posterior reabertura para somente empresas com maquinaria de grande porte e capacidade de exploração estaria intimamente ligado aos grandes centros industriais e que necessitavam de uma quantidade ainda maior do minério de cassiterita, e que a região disponibilizava em quantidade significativa.

As formas de ocupação (espontânea e dirigida) do espaço e as variadas formas de exploração dos recursos naturais –renováveis ou não– sempre promovem depredação e destruição do meio. As figuras 8 e 9 feitas pelos Professores: Samuel Oliveira dos Santos e Ailton Flay respectivamente, mostram a partir de visitação e sobrevôo ao garimpo de Bom Futuro no dia 07 de agosto 2008 e 05 de junho de 2008. Mostra-nos ainda que a mudança da matriz extratora, não só estabelece devastação e danos ambientais, como a exclusão do garimpeiro, pois a lavra concentra-se em apenas umas poucas pessoas detentora do capital e de máquinas para a exploração.

Figura 8: Extração mecanizada de cassiterita no Garimpo de Bom Futuro / 2008.



Foto: Prof. Samuel Oliveira dos Santos.

Figura 9: A produção do Melechete, resíduo da lavra de cassiterita / 2008.



Foto: Prof. Ailton Flay.

Contudo, o resultado da exploração do minério de cassiterita por empresas e a utilização de maquinaria pesada tem mostrado uma devastação maior do que a exploração manual, porém a exploração mecanizada oferece maior rentabilidade mesmo que para isso os danos ambientais também sejam maiores, foi o sistema que prevaleceu na extração. A forma de exploração mecanizada ofereceu ao meio ambiente uma degradação muito maior do que a degradação percebida pela manual.

Esta nova política oficial envolve diretamente a população garimpeira e colabora para um incremento demográfico para a recém criada cidade de Ariquemes. A partir da criação e implantação dos assentamentos rurais, pretendia-se criar uma situação de redistribuição demográfica e não um crescimento planejado das vilas dos pequenos núcleos urbanos existentes às margens da BR-364.

A tentativa de resolução dos problemas causados pelo fechamento do garimpo acaba não apresentando aos resultados esperados pelos administradores. Isto, pois, a intenção era aglutinar na região do PAD Burareiro, em Ariquemes, uma população com poder aquisitivo, capacidade administrativa e qualificação educacional, constituindo assim o município com características rurais com o maior “coeficiente intelectual” da Amazônia e quem sabe, talvez do Brasil (HÈBETTE. 2004, p. 253), ou seja, a forma de seleção dos prováveis assentados deveriam apresentar uma determinada escala de qualificação e de poder econômico, é dentro desta premissa que Hèbette (2004), avalia a distribuição dos lotes, quanto maior o nível de formação do candidato e o seu poder econômico estaria “pegando” ou sendo selecionado para os lotes do Burareiro, os de menor nível e maior número de filhos estaria sendo dirigidos para o assentamento Marechal Dutra.

Segundo mesma fonte, verifica-se que a Secretaria Municipal de Educação havia afixado na entrada de sua sede (município de Ariquemes), um quadro de “escolaridade dos Parceiros do Projeto Burareiro”, onde diz que:

[...] no total de 1.035 parceiros, 69 apareciam com curso superior, 59 com 2º grau incompleto. Constava entre eles apesar de tudo, um número de 29 analfabetos; deviam ter, pelo menos, os duzentos mil de poupança!... Na relação do INCRA (1979), aparecem 86 parceiros de nível superior, completo ou não, e 70 com 2º grau completo; muitos dos primeiros nem são conhecidos no local, inclusive nos organismos agrários, pois nunca pisaram na sua propriedade e, quem sabe, talvez nem no Estado [...]

Notadamente esta política de Estado voltada para a qualidade da sua população, no que concerne o nível de escolaridade de seus assentados, é no mínimo temerária. Visto que a principal e fundamental premissa do Estado em desenvolver a Região e expandir a fronteira agrícola nacional, não seria a escolaridade e sim resolver os problemas de ordem demográfica para com os semi-excluídos do trabalho rural nos estados do Centro-Sul e Nordeste brasileiro.

2.3 – A POLÍTICA DE ASSENTAMENTO E A FRONTEIRA AGRÍCOLA EM RONDÔNIA

A construção das rodovias e criação de projetos de assentamento ao longo de seu trajeto (implantou-se vários projetos de colonização e reforma agrária do INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), abriu-se caminho para um volumoso processo migratório para estas regiões denominadas amazônicas que aqui trata-se como fronteira.

A Amazônia como fronteira móvel Becker (2001), além do recebimento de populações ainda que se organizavam a partir de duas características marcantes para a ocupação regional: a primeira seria o *padrão linear*, que estaria ligado diretamente com integração terrestre e fluvial do território que tendeu a formação de eixos de transporte e infra-estrutura ao longo e em torno dos quais se concentraram investimentos públicos e privados; a segunda não menos importante, pelo fato de estar ligado diretamente ao primeiro, que seria o adensamento de estradas no leste do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e especialmente Rondônia, compõe, segundo Becker (2006, p. 75), *arco de povoamento adensado* como mostra a figura 1 p. 40. Esta forma de ocupação nada mais eram do que áreas de sufocamento da floresta Amazônica, onde as populações tradicionais pressionadas pelas frentes pioneiras forçavam as fronteiras sociais cada vez mais para dentro da floresta.

Nota-se na figura 1, p. 40 (a lógica da circulação e o poder de ocupação), o poder das rodovias em atrair populações e de concentrar os esforços quanto à ocupação regional, mesmo que para isso, ocorresse um extravasamento das frentes de ocupação em direção à floresta. Em quase toda a extensão das rodovias federais abertas no período 1950/1980, foram criados projetos de reforma agrária. Estas ações em geral foram muito mais a transferência de excedente populacional e resolução de conflitos sociais em outras regiões do que uma verdadeira política agrária.

A despeito disto Ianni (1979), considera esta política de colonização governamental, como sendo uma contra-reforma agrária na Amazônia, no que diz respeito aos métodos de sua implementação e o momento histórico em que ela se desenvolve, para tanto:

Desde 1970 o governo federal está desenvolvendo projetos de colonização oficial em determinadas áreas da Amazônia. É verdade que antes dessa data já haviam sido criadas diversas colônias por iniciativa dos poderes público federal e estadual. Entre 1912 e 1962, foram criadas 17 colônias oficiais por esses poderes; e mais 3 foram instaladas por autoridades municipais. Essas 20 colônias

distribuíram-se do seguinte modo: 5 no Pará; 1 no Amazonas; 2 no Amapá; 2 em Roraima; 2 em Rondônia; e 3 no Acre. As colônias assim destinavam-se a ocupar, povoar e produzir para mercados locais. Podiam também ter inspiração geopolítica, quanto à defesa nacional, isto é, apoiar o guarnecimento de áreas próximas da fronteira. Mas foi desde 1970 que a colonização oficial adquiriu intensidade e extensão acelerada do capitalismo, tanto nas áreas de terras indígenas e devolutas como nos núcleos dominantes do Centro-Sul. (IANNI, 1979, p.67).

Portanto, a partir das observações deixadas por Ianni (1979), surge claramente a verdadeira intenção da administração militar brasileira em relação ao alinhamento e povoamento da Amazônia legal. Assim, o pressuposto de que deveria “integrar para não entregar”, seria subjetivo, visto que o motivo para se integrar seria o de integrar para desenvolver e incorporar a região a uma política internacional e que pudesse ser produtora de bens que fossem interessar aos mercados (inter)nacional, perante a nova configuração territorial do país face ao avanço capitalista deste momento.

No entanto, Moraes (1997, p. 16), falando da produção dos bens agrícolas brasileiros, diz que:

Entre 1970 e 1989 a produção agrícola cresceu em média 2,7%, sendo 3% a taxa de crescimento entre 1970 e 1980. Enquanto nesse período diminuiu consideravelmente a demanda interna de produtos agrícolas, as exportações aumentaram graças à expansão acentuada dos cultivos de soja, sorgo, sementes oleosas, os cítricos e cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível.

Notadamente, a real intenção do capital na reabertura da fronteira agrícola brasileira encontra-se plena. A integração não poderia ser outra coisa senão a incorporação de terras ao sistema produtivo nacional em que as populações espoliadas de regiões que teve sua produção voltada especificamente para a lavoura comercial e de exportação estaria sendo redistribuída e recolocada no processo produtivo nesta nova (para o capital) fronteira.

Assim, a voracidade com que o capital incorporou as terras da Região Sul e da Amazônia, teve como saída descompasso social, a criação de assentamentos rurais ao longo das Rodovias Federais que foram sendo aberta no âmbito da nova fronteira. Como exposto anteriormente, a saída para tamanho “problema social” seria o incremento de novas áreas ao sistema produtivo na Amazônia em que a agricultura com frentes demográficas de trabalhadores e familiares tornaria o

processo amansador da região de floresta (todavia, a produção por menor que seja pode ser considerada um fator de controle e amansamento ou pré-produção na zona de fronteira) e que posteriormente estaria pronta para o (re)direcionamento econômico do uso da terra por atividades vinculadas ao mercado, como por exemplo a pecuária.

2.4 – OS ASSENTAMENTOS E O SURGIMENTO DE MUNICÍPIOS/CIDADES

Em razão da nova forma ocupação e exploração das terras rondonienses levada a efeito por contingentes migratórios procedentes do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e do Nordeste, e da ação de companhias colonizadoras, como a Calama S/A e a Itaporanga S/A, tem-se uma dinâmica demográfica significativa para a região. Estas empresas foram instaladas na região central do Território rondoniense e cujas atuações provocaram graves conflitos pela posse da terra.

Na tentativa de reduzir os conflitos e de organizar a ocupação de terras na nova fronteira, o Governo Federal cria a partir de Decreto Lei Nº 1.110 de 09/07/1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como instrumento gerenciador das políticas de ocupação dirigida para o Território Federal de Rondônia.

A partir do funcionamento do PIC Ouro Preto (primeiro assentamento instalado no Território Federal de Rondônia nos anos 1970) e de sua ampla divulgação em todo o território nacional, a colonização agrícola do Território Federal de Rondônia adquire caráter oficial e vai modificar por completo o sistema econômico, político e social vigente. Em razão do ingresso de milhares de migrantes, a maioria pequenos produtores rurais expropriados do Centro-Sul ou do Nordeste, foram atraídos para o Território Federal de Rondônia em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Este projeto inaugura o ciclo da agricultura no Território Federal de Rondônia e se constitui na primeira experiência de colonização oficial realizada na Amazônia brasileira.

Os projetos que deram origem a municípios/cidades e especialmente os implantados entre os anos 1970-1980, alguns apresentaram custos de implantação elevados. Apresenta um descompasso nos valores do projeto encontrado no PAD Sidney Girão em Guajará Mirim, onde o valor pago por cada lote representava o valor de seis dos mesmos lotes em um outro assentamento como o PAD Marechal Dutra em Ariquemes. Para tanto, verifica-se que os custos para o assentamento de uma família de colono como mostra a tabela 4 abaixo. Segundo Amaral (2004, p. 24), estes projetos agrícolas tinham preços elevados e as terras inadequadas para implantação. Notadamente, a proposta apresentada pelo governo Ernesto Geisel, era de que as fronteiras tanto nacionais (internas) quanto as com os nossos vizinhos sul-americanos carecia de segurança.

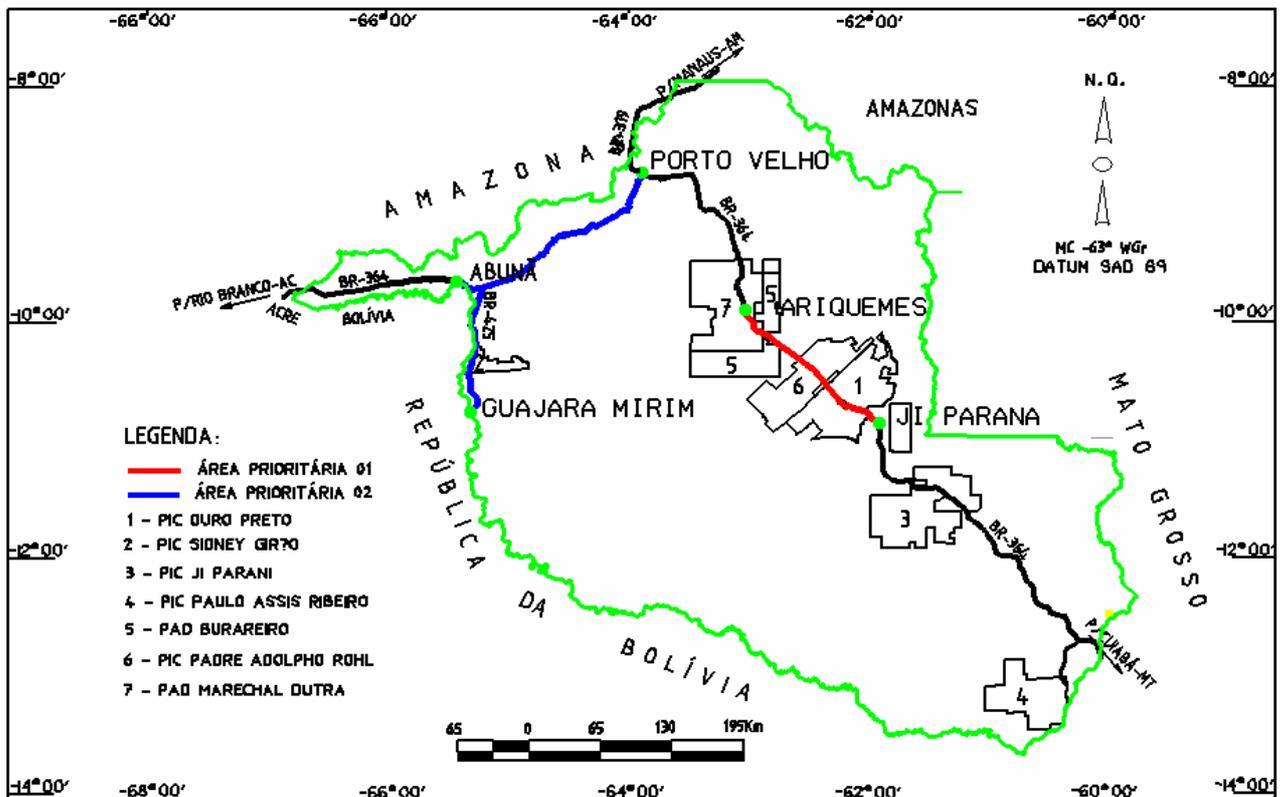
Tabela 4: Custo para assentamento de uma família de colono / 1982.

Projetos	C \$	U\$
Ouro Preto	569.917,38	4.990,00
Sidney Girão	1.352.167,57	11.857,00
Ji Paraná	324.804,99	2.841,00
Adolpho Rohl	368.281,33	3.227,00
Pa. Assis Ribeiro	607.936,48	5.262,00
PAD-Burareiro	366.424,83	3.209,00
PAD-Mal. Dutra	214.781,52	1.876,00

Fonte: INCRA/Doze anos de colonização em RO.

Para tanto, seria necessária a criação de mecanismos que viabilizassem a proteção para suas fronteiras territoriais principalmente o projeto Sidney Girão (assentamento nº 2 da figura 10 a baixo). Este localizado na fronteira com a Bolívia, cujo qual apresentou os maiores indicadores de preços de implantação, como antes referido.

Figura 10: Localização dos Projetos de Integração e de Colonização / 2008.



Fonte: INCRA-RO.

O desenvolvimento do Estado e a criação de municípios ao longo das estações telegráficas e posteriormente das rodovias construídas no século XX, foram de suma importância para a dinâmica de incorporação de pessoas e de capital à região. Contudo, favoreceu de maneira substancial o processo de povoamento, crescimento urbano e produção econômica dos municípios que se formaram na área de influência desta via dispersora.

Para tanto, estas políticas de (re)locação de excedente populacional apresentaram caráter político-social considerável. Isto, pois no que pese a demanda por incorporação de terras trouxe uma diminuição de tensões sociais noutras regiões e a incorporação de novas áreas produtivas à dinâmica do capital.

Porém, a trajetória desta população atraída para o Território Federal de Rondônia não fora só de sucesso. Muitos não chegaram nem mesmo a pisar suas terras de trabalhos em terras de Rondônia, sobretudo pelas dificuldades que apresentava as localidades em relação à mobilidade via terrestre e as endemias regionais em que se destacava a malária.

2.5 – O PODER CENTRALIZADOR DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO: DOS RIOS AS ESTRADAS

Os rios amazônicos, desde o início da colonização exerceram um papel fundamental para os ocupantes da Amazônia. Intensificando a partir do século XVII ainda no período colonial já era a principal entrada para o território drenado pela grande bacia hidrográfica. A trafegabilidade pela Amazônia brasileira e a incursão por terras desconhecidas só se realizava então por caminhos fluviais, e por aí também saíam as grandes porções de mercadorias extrativas regional.

Assim a Amazônia sempre teve sua população concentrada em áreas urbanas/cidades (povoados tradicionais) e que localizavam principalmente próximas às margens dos rios. Este fato que contradiz os pensamentos de muitos pesquisadores que por motivo de desconhecimento da realidade regional, acreditava-se cegamente que as dificuldades regionais favoreceriam o isolamento das aglomerações. Obviamente que as distancias relativas à capital nacional e os maiores centros nacionais, ofuscava a realidade e privilegiariam estas visões, e que por desconhecimento poderiam ter algum valor. Contudo, os rios seriam a via condutora do povoamento e da formação das cidades amazônicas nesta fase histórica de sua formação. Sobre a rede hidrográfica, potencializada pela função comercial e de circulação de pessoas e mercadorias os rios formam os elos da rede urbana que se desenvolveu ao longo dos tempos.

Somente nos últimos anos do século XX é que teremos de certa forma alterada a hegemonia do papel dos rios neste sistema de circulação regional. Isto, contudo, não se dá por completo, pois na vastidão da selva amazônica e as poucas estradas construídas possibilitam ainda a utilização dos rios como via de transporte em grande parte do território amazônico.

Contudo, a Amazônia Legal tem enfrentado mudanças no ritmo de desenvolvimento, e, nas tendências ao esgotamento da região como fronteira móvel. No entanto, Becker (2004) diz que:

O povoamento regional nas últimas três décadas alterou estruturalmente o antigo padrão, secular, fundamentado na circulação fluvial. As rodovias atraíram a população para a terra firme e para novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta, e sob o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais. A várzea e a

terra firme, elementos históricos de organização da vida regional, embora esmaecidos, permanecem como pano de fundo. (BECKER. 2004, p. 73).

Na verdade, esta estrutura de transporte e circulação começou a ser modificada mais fortemente a partir dos anos 1950, quando o então Presidente Juscelino Kubitschek, estabeleceu o Programa de Metas. A partir de estudos e pareceres uma série de programas setoriais e investimentos destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou a implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilíbrio regional do desenvolvimento do país.

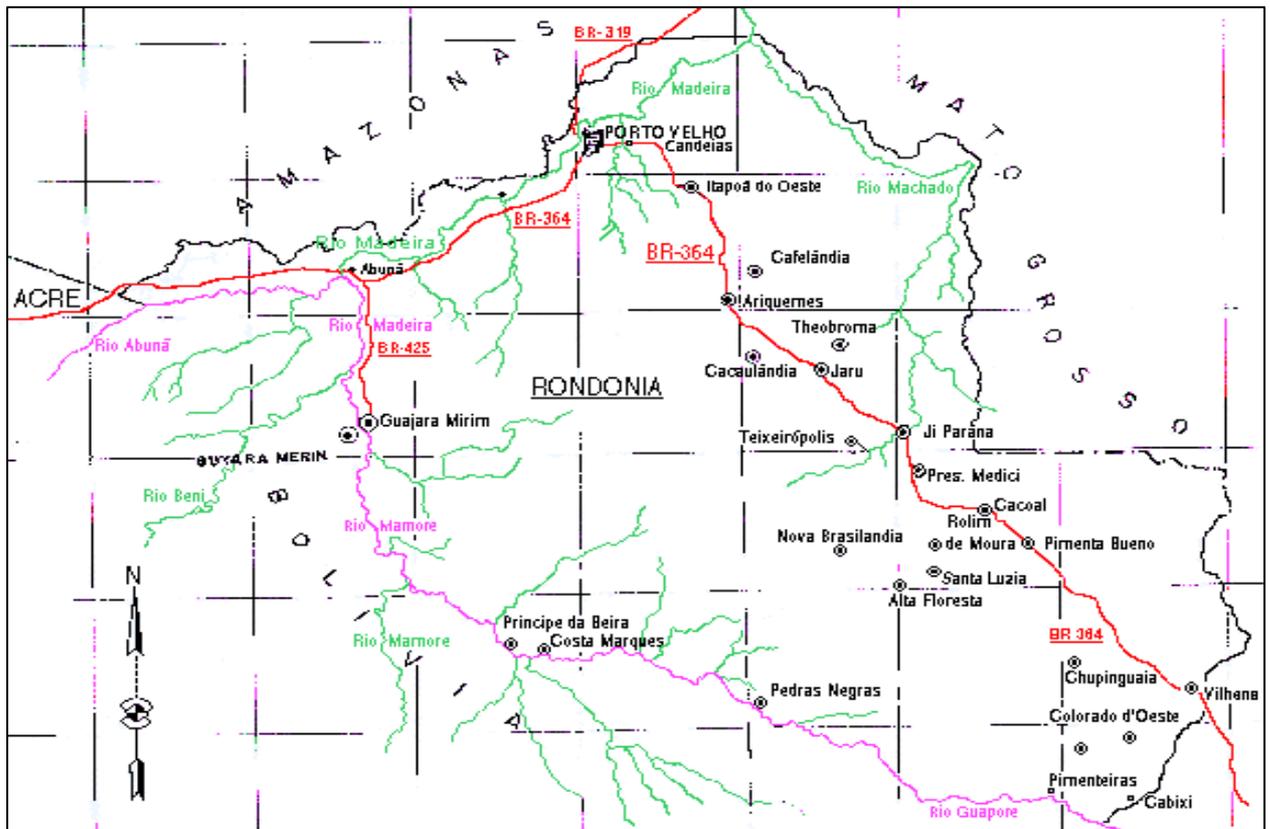
Diante desta orientação para o desenvolvimento nacional, o Programa do governo Juscelino Kubitschek, como política e fomento ao desenvolvimento equilibrado, foram estabelecidos Metas. Dentre estas, estavam investimentos no transporte e que tinha para as rodovias nacionais os seguintes investimentos como mostra Silva (2004, p. 46).

* pavimentação asfáltica de 5 mil km de rodovias.

* construção de 12 mil km de novas rodovias.

Para tanto, utilizando dos caminhos deixados pela Linha Telegráfica (construída por Rondon), e da BR-29 iniciada nos 1940, o plano rodoviário, após 1960, toma o traçado agora sob o nome de BR-364. Esta, entretanto, somente é asfaltada nos anos 1980. O curso da rodovia pode ser visto na figura 11 a seguir.

Figura 11: Rodovias de ocupação e desenvolvimento / 2008.



Fonte: INCRA - RO.

A malha rodoviária implantada no Território Federal do Rondônia, colabora para um incremento demográfico e desenvolvimento de novos municípios às suas margens.

Antes da pavimentação asfáltica da rodovia, o território já apresentava alguns municípios surgidos a partir do segundo ciclo da Borracha e a construção da Linha Telegráfica. Dentre estes municípios podemos destacar: na parte central do Estado Ariquemes, Vila Rondônia (Ji-Paraná), Jarú e Pimenta Bueno, surgiram a partir do segundo ciclo da borracha e Vilhena influenciada pela construção das Linhas Telegráficas.

Os municípios localizados às margens da BR – 364 obtiveram maior desenvolvimento, especialmente a partir do seu asfaltamento, nos anos 1980.

Cabe, ainda, ressaltar que na época da implantação das Linhas Telegráficas na região de Ariquemes, destacavam-se, os seringais Monte Cristo, Rio Branco, Cajazeiras e Guaranis. O maior

deles era de propriedade de Ricardo Cantanhede (ex. membro da comissão Rondon), torna-se proprietário do seringal Papagaios, nome atribuído devido à abundância deste tipo de ave na região.

2.6 – COMO SOBRESSAI O MUNICÍPIO DE ARIQUEMES NESTA CONJUNTURA PÓS 1970

A evolução historiográfica do município de Ariquemes apresenta uma situação *sui generis*, visto que recebera pessoas de todas as regiões brasileiras e de outros países. Isto, sobretudo, no que se refere ao processo de formação de seu perímetro urbano⁴. Neste sentido, vemos necessidade de um breve resgate histórico como nos mostra Spósito (2004, p. 11):

[...] Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda de forma sintética, a sua trajetória.

Sendo assim, no século XVIII, mais precisamente no ano 1794, o Vale do Jamari, local do surgimento do município, já era conhecido. Este conhecimento se deva pela abundância de recursos naturais e em especial pelo extrativismo do cacau nativo e do látex de seringa nativa (borracha).

O primeiro ciclo da borracha, que se inicia por volta do ano 1900, principalmente por imigrantes nordestinos, marca o início de uma ocupação mais efetiva. Porém, será a partir de 1909 com a construção da Linha Telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, uma maratona de muito trabalho e sacrifícios, cuja expedição era chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que esta presença exógena na parte central do território fica mais efetiva.

No ano de 1915, essa região foi delimitada pela Resolução N. 735, de 06 de outubro do mesmo ano e denominada como Terceiro Distrito do Município de Santo Antônio do Rio Madeira. Este período apresentou um processo migratório também muito intenso principalmente por Nordestinos. Com os migrantes ocupando as terras e dela extraindo suas riquezas naturais, principalmente o látex de seringa (borracha), favoreceu-se de sobremaneira a ocupação humana da região, nos moldes posto pela cultura capitalista, negando as formas pretéritas das populações indígenas anteriores.

⁴ Deve-se observar o mapa da planta urbana do município de Ariquemes 81.

Contudo, será pela eclosão da Segunda Guerra Mundial e a perda dos seringais da Malásia pelos aliados, Amazônia via-se envolvida no conflito em função da borracha. Isto proporciona uma nova dinâmica, pela necessidade de incrementar a produção desta matéria-prima de fundamental importância para os países envolvidos no conflito. Novas levas de migrantes nordestinos chegam a região. Desta forma, surge na Amazônia brasileira o segundo ciclo da borracha o que irá refletir de maneira significativa na economia de todos os seringais da região de Ariquemes/Rondônia.

[...] o surto da borracha nativa durante a Segunda Guerra, e a criação do Território Federal, em 1943, contribuíram para que a região recebesse nova onda de povoadores, originários em maioria do Nordeste, predominando os cearenses, à semelhança do que ocorreu no passado. Além dos nordestinos, a penetração procedente de Mato Grosso continuou através do vale do Guaporé e da picada aberta pela Comissão Rondon. Pode-se mesmo afirmar que é a partir do início da década de 1940 que a região e Rondônia passa a ser ocupada efetivamente [...]. (MESQUITA e EGLER. 1979, p. 63).

Portanto, a extração da borracha promoveu um novo fluxo demográfico regional e especialmente para Rondônia. Este momento ficou conhecido como *esforço de guerra* (expressão de um ex-soldado da borracha) por parte dos aliados.

Paralelamente, em 1943, o então presidente da República Getúlio Vargas, através do Decreto Lei N. 5812 de 13 de Setembro do mesmo ano, cria o Território Federal do Guaporé. Então a região de Ariquemes passou a fazer parte do Município de Porto Velho como Distrito, criado pelo Governo Federal. Houve nesta época um considerável fluxo migratório de nordestinos que se transformaram em seringueiros.

Na década de 50, houve a descoberta do minério cassiterita (estanho) na região central do Território Federal de Rondônia⁵, esta dinâmica em que está envolvida a ocupação da região pela exploração do minério de cassiterita foi discutido anteriormente, em item que refere ao processo de extração do minério na região, e que seu fechamento favoreceu a um incremento demográfico para

⁵ Em 17 de fevereiro de 1956, o então Presidente Juscelino Kubitschek sanciona Lei 2.731 e modifica a denominação do antigo Território do Guaporé para: Território Federal de Rondônia, e em 1981 elevado a categoria de Estado pelo então Presidente João Batista Figueiredo em 22 de Dezembro de 1981 pela Lei Complementar N° 041, tendo sua instalação realizada em 04 de Janeiro de 1982 como primeiro governador Jorge Teixeira de Oliveira período – 04/01/82 a 10/05/1985), o que colaborou sobremaneira para um novo fluxo populacional, desta vez vindos de todas as regiões do país como mostra o figura 12 de fluxo migratório 1950-1970. (p. 68, desta pesquisa).

o município, em que tivera como contingente expressivos os garimpeiros expulsos da sua função de exploração mineral.

Em 1970, no dia 15 de abril, o Ministério das Minas e Energia, através da portaria N°195, proibiu a lavra manual do minério, sob o argumento de ser predatória, determinando que a exploração das jazidas minerais fossem mecanizadas através de empresas – ver figuras 5, 6 e 7 (p. 51 e 52). A partir do fechamento do garimpo, Ariquemes (Vila Velha) passou a ser apenas um ponto de parada ao longo da antiga BR. Caso não houvesse a abertura da rodovia o município de Ariquemes estaria fadado à semi-extinção.

Com a abertura da rodovia, sobretudo, sendo incorporada no plano de integração nacional como BR-364, sob a égide do ‘rodoviarismo’, as correntes migratórias vindas do Centro-Sul especialmente, fazem a região crescer demograficamente a partir da década de 1960. Na figura 12 abaixo representamos fluxo migratório ocorrido no Brasil em direção à Região Norte no intervalo de 1950 a 1970.

Figura: 12 – Fluxos migratórios no período / 1950-1970.



Fonte: INCRA - RO.

Desta forma, hoje, Ariquemes é sede da regional do Vale do Jamari. Cujo qual corresponde a 09 (nove) municípios, sendo eles: Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Cujubim, Campo Novo, Jarú, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo.

O território rural do Vale do Jamari foi produzido e selecionado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Rondônia em 29 de Julho de 2003. Por isto, é o palco das mais recentes políticas públicas para a agricultura familiar no Estado. É um Território rural que apresenta sérias propostas de ocupação, sendo a principal a luta pela posse da terra e por conter grande número de assentamentos de “reforma agrária” já implantados em Rondônia.

Ademais, no contexto de Rondônia é um Território que apresenta sérios problemas ambientais. Estes foram originados das mais diferentes formas: garimpo de cassiterita, extração de madeira em áreas de preservação permanente, invasões de áreas indígenas e de reservas extrativistas por madeireiros, grileiros e posseiros. Por outro lado, constitui-se num espaço social que proporcionou a construção de varias alternativas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental em bases sustentáveis para a Agricultura Familiar (AF). Tratamos aqui de experiências pioneiras e de sucesso, tais como, as reservas extrativistas (RESEX) estaduais e os (SIAF) Sistemas Agrofloretais que colaboraram para o surgimento de alternativas à exploração predatória dos recursos naturais (solo, florestas e rios).

A partir de Julho de 2003, houve as primeiras discussões sobre desenvolvimento territorial rural junto a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, desencadeou ações junto aos atores sociais na perspectiva da construção coletiva de um processo de planejamento das demandas sociais com a articulação das políticas públicas existentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

A SDT, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), incrementa seu apoio aos Territórios Rurais de forma participativa e processual. Assim foi aprofundando as discussões no sentido de propiciar um ambiente ideal para a implementação de um processo de desenvolvimento sustentável em bases sociais, econômicas e ambientais para a agricultura familiar.

O Território rural Vale do Jamari, apresenta renda total de 12,7% da renda total de Rondônia. O município de Ariquemes apresentou a maior renda per capita do território. O valor da produção animal e vegetal do Território equivale a 11,1% da produção agropecuária de Rondônia. Ariquemes destaca-se por estar geograficamente no centro do Estado e as margens da BR-364, com aproximadamente 10.368 trabalhadores em estabelecimentos rurais. Contudo de uma forma geral a produção agropecuária do Território é baixa, apesar de apresentar elevada força de trabalho Zúnica (sd).

Apresentamos abaixo número de trabalhadores nos estabelecimentos rurais com alguma remuneração (tabela 5, equivale nos seus dados aos índices de renda do período de chegada dos colonos à região de Ariquemes nos anos 1970). Esses fatores refletem na baixa arrecadação de ICMS para a região do vale do Jamari. Logo, a exceção de Ariquemes, os demais municípios não apresentam importância social e econômica para o Território, sendo Ariquemes um centro regional que canaliza para si o comércio, serviços, saúde, educação e outros como mostra o tabela 5.

Tabela 5: Distribuição da renda salarial de colonos em 1970.

C\$	(%)
C\$ 100,00 a 350,00	91,5%
C\$ 351,00 a 700,00	5,4%
C\$ 701,00 a 1.050,00	1,7%
C\$ 1.050,00	1,4%

Fonte: PROCEGURAR - ARIQUEMES / RO.

A tabela 5, mostra a variação de renda dos migrantes e especialmente dos agricultores que vieram para Ariquemes entre os anos 1970-1980, que a predominância da renda girava entre C\$ 100,00 e C\$ 350,00, o que conferiria à população um indicativo de renda baixo e que portanto estaria diretamente ligado aos índices de arrecadação de impostos do município e influenciaria diretamente no nível desenvolvimento do município e do desenvolvimento do Vale do Jamari.

Contudo, Ariquemes adquire o *status* de município e sua emancipação política administrativa em 11 de outubro de 1977, através da Lei N. 6448, e com sua instalação em 21 de outubro do mesmo ano. A figura 13 mostra a localização do município em relação ao Estado.

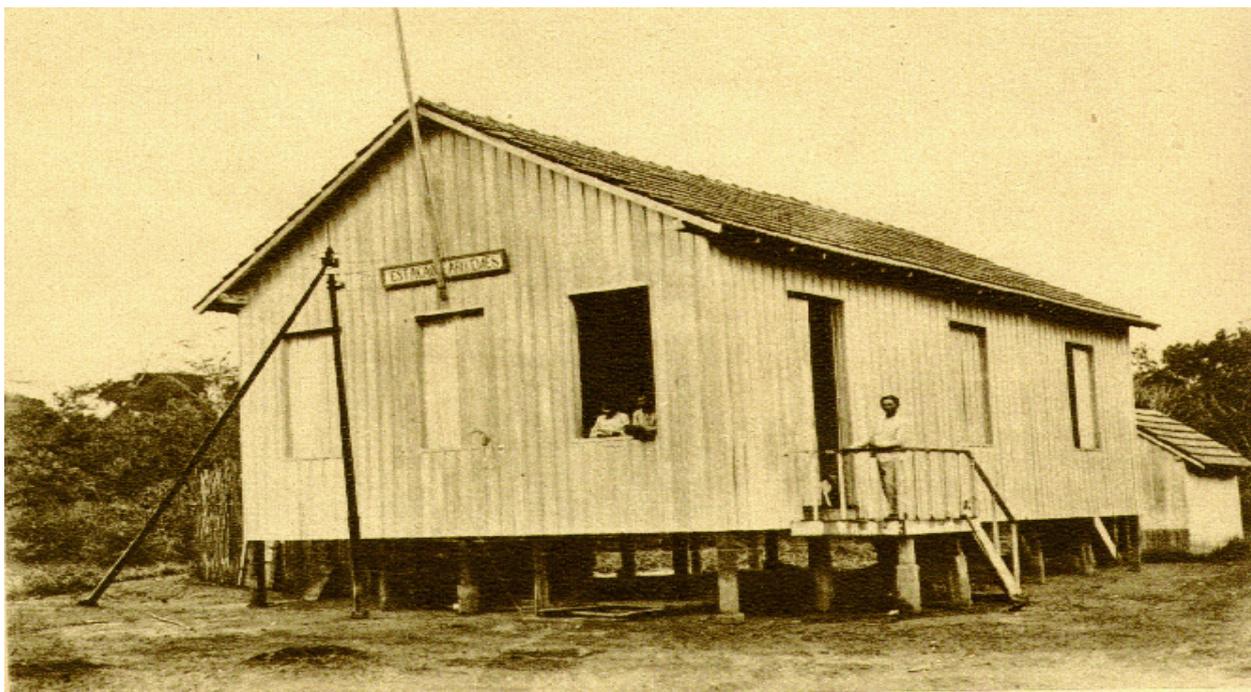
Mas para que o status de município tornasse de fato uma realidade, muitos migrantes empenharam suas vidas para que o sonho de desenvolvimento na Fronteira Amazônica/Rondônia. Foram longas trajetórias: a vinda de antigos seringueiros, moradores da região desde antes do processo de urbanização e mudança da cidade do antigo posto telegráfico (figura 14, p. 72 desta pesquisa); a passagem da denominação dada ao antigo vilarejo para a cidade de Ariquemes; da mudança para sua nova sede na localidade do antigo seringal: Papagaios e Quatro Cachoeira, desapropriado para a instalação da nova sede municipal atual.

Figura 13: Destaque para o município de Ariquemes em relação ao Brasil e a Rondônia / 2000.



Fonte: IBGE.

Figura 14: Estação Telegráfica de Ariquemes. Local onde inicia a Cidade de Ariquemes / 1946.



Fonte: Museu Cândido Mariano Rondon, Ariquemes - RO.

Como município, Ariquemes torna-se a partir do fenômeno de expansão da fronteira agrícola dos anos 1970, um fenômeno de crescimento demográfico. Assim tornou-se nos anos 2000, o terceiro município mais populoso do Estado de Rondônia.

No conjunto das mudanças ocorridas em Rondônia, vemos que se tem apresentado transformações significativas. Passou de economia de isolada para uma fase em que a busca pelo desenvolvimento sustentável. Esta mudança pode constituir nova fase em que estaríamos a abrir novos espaços na “mata virgem”, para tecnificar as áreas já ocupadas e recuperar as áreas degradadas pela ação exploratória realizada nos anos de incorporação da região ao modelo de produção industrial do Centro-Sul, expansão agropecuária entre os anos 1970-1980.

Para tanto, pode-se dizer que a tomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos naturais renováveis ou não, acabaram por conflitarem diretamente com a fronteira sócio-ambiental. No entanto, Becker (2006), referindo-se às mudanças estruturais em fins do século XX, diz que: a Amazônia não é mais a mesma dos anos 1960. Relacionando alguns eventos ocorridos na Amazônia temos segundo Becker (2006) os seguintes: a conectividade, permitindo à região

comunicar-se internamente, com o resto do país e com o exterior, rompendo com sua condição de grande “ilha” voltada para o exterior.

Esta mudança no paradigma geopolítico, poderá ser mais percebida nos depoimentos de migrantes que foram assentados em lotes dos projetos PADs Marechal Dutra e Burareiro. Estes participaram ativamente nos anos 1970 do processo de estruturação do município de Ariquemes.

CAPÍTULO III

3.1 – ARIQUEMES: FACES RURAIS/URBANAS RONDONIENSE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA ATUAL

“As expressões *industrialização* e *urbanização* têm aparecido sempre associadas, como se se tratasse de um duplo processo, ou de um processo com duas facetas. A identidade entre estes dois “fenômenos” é tão forte, que não podemos fugir de sua análise, se queremos refletir sobre a sociedade contemporânea.” (SPÓSITO. 2004, p. 42).

As ações de ocupação e colonização criadas pelo governo militar, em particular os que atuaram entre as décadas de 1970 e 1980 trouxeram para a região Amazônica a crescente intervenção na economia e no território. Assim, contribuíram para que as características fisionômicas fossem alteradas, e que as mudanças do urbano e do rural se tornasse contínuas no processo de ocupação regional.

Com base na denominação absoluta, da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional, buscava-se resolver a “pobreza” da agricultura nordestina, fossem ela de origem dos problemas relativos à seca ou do agravante problema fundiário, deixava os agricultores em uma situação de decadência/falência.

Muitas foram as razões que levou o Estado no período da ditadura a projetarem um modelo econômico em fins dos anos 1960 para integrar a Amazônia ao modelo econômico nacional, e estabelecer maior controle do território.

Contudo, a falta de um plano global estabelecendo metas de assentamento a curto, médio e longos prazos, se fez sentir desde o início em sua pouca habilidade. Isto levou o IBRA (depois denominado INCRA) a agir sempre no sentido de atender a situações de emergência, criadas pela intensificação do fluxo migratório.

Logo a melhor forma seria induzir uma política de colonização com base nas frentes pioneiras, cujas quais teriam condições de se enquadrarem na metodologia do Estado nacional em se produzir excedentes agrícolas, e em segundo plano elementos de subsistência com os pequenos agricultores do nordeste, empobrecidos pelas secas, pela falta de terras e pela pobreza da agricultura, além ainda de enfrentarem os problemas da redução de suas terras em que pese as cercas e não especificamente a falta de chuva, uma vez que o problema nordestino é muito mais estrutural, fundiário e político de que natural.

Como já mencionado anteriormente, o governo brasileiro não se mostra interessado/preocupado em resolver os problemas relacionados à seca do nordeste e nem mesmo os problemas de êxodo dos produtores desapropriados do centro-sul. Contudo, os problemas não foram enfrentados; o fato é que surgiram novos.

Contudo, sendo uma intenção não clara de desenvolver a região sudoeste amazônica, ouve no período compreendido entre os anos 1970 e 1980 um intenso processo de colonização e criação de novos espaços territoriais que se desenvolve e cria condições de sobrevivência, permitindo assim não só a existência de governança como também o surgimento de um expressivo número de novos municípios dentre os quais está Ariquemes (figura 15: planta urbana).

3.2 – TRAJETÓRIA ESPAÇO/TEMPO NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO (CONTRIBUIÇÕES ORAIS DOS MORADORES)

O intenso processo migratório poderia ser reduzido, posto que persistiam no período de maior fluxo migratório, e ainda hoje, fatores que concorreram para transformar os estados do Sudeste e Sul, portanto, o Centro-Sul, em áreas expulsoras de população Neves e Lopes (1979, p. 82).

Sobre o sistema de ocupação da Amazônia nos fins dos anos 1960, e o estabelecimento de uma política de incorporação regional Loureiro (2002, p. 111), diz que: tentando simplificar a explicação, pode-se dizer que o modelo econômico implantado na década de 60 apresenta duas grandes fases: a primeira, onde o governo federal estimulou a pecuária e a atividade madeireira (anos 60 e 70). Na segunda fase, apoiou a mineração, (anos 80 e 90 até os dias atuais).

Estas políticas pautavam-se prioritariamente em favor de três elementos fundamentais para as ações colonizadoras: *primeira* as políticas dos governos militares com suas preocupações em relação ao perigo de invasão da região por vizinhos fronteiriços ou até mesmo as difíceis relações encontradas pela própria população em se manterem alienadas ao modelo geopolítico implementado no país entre os anos 1960 e que irá durar até os anos 1985; *segunda*: interesse nacional em políticas públicas de desenvolvimento e mecanização agrícola da região centro-sul do país que leva a uma intensificação dos processos migratórios regionais e um incremento demográfico, e *terceira*: a nova fronteira agrícola estava sendo tomada pelos expansionistas e necessitava de um maior controle por parte do Estado.

A forma de distribuição de terras e a organização do espaço Amazônico, evidência que o modo utilizado pelo poder público para desenvolver a Região e com isso o Estado de Rondônia, baseou-se sistematicamente no signo da reprodução do capital.

Verificamos nesta política que o processo de colonização em Rondônia está coerente com os rumos tomados nos planos das agências estatais de produção do espaço. Isto representava criar condições para maior exploração dos recursos naturais da região Amazônica e que mantida essa política, o processo de colonização continuaria viabilizando as condições para a expansão do capital na região (AMARAL. 2001, p. 82), sobretudo, pelo controle privado da propriedade

fundiária. Neste sentido, o tempo de produção do espaço para o colono assentado, nem sempre foi possível de ser condizente com os tempos dos outros agentes que movimentavam a fronteira.

Na fala de Anézio Nunes Ramos, ex-seringueiro em entrevista⁶, narrando o processo de ocupação e colonização oficial diz que:

[...] quando o INCRA chegou aqui ... aquele *Capitão Silvio* [...] que tem a estatua dele ali na praça da vitória ... chegou aqui. Ele não respeitou seringueiro não. Ele mandou aquela *BASEVI*⁷ abrir picada de 100 km de cada linha. Não respeitou se era seringal ... não respeitou não. Cem km cada linha e depois foi cortando em lotes. Se passasse na minha colocação ou na dele (Chagas Preto também ex-seringueiro) e nós não fosse reclamar nós ficava por fora. Algum seringueiro que tem hoje tava encima do lote que recebeu do INCRA, mas por que ele reclamou. O maquinário passava derrubando as estradas⁸. Eu mesmo fui um que quando passou o maquinário da *BASEVI*, tava na estrada cortando e, quando eu fui de tarde para colher a seringa que eu tinha embutido de manha ela já estava de perna pra cima ... do mesmo jeito que foi antes ta sendo hoje [...]

A preocupação do colonizador não era com a realidade encontrada, mas sim em resolver os problemas e necessidades em que vinha do Centro-Sul e do Nordeste brasileiro, sobretudo na abertura da terra a expansão agropecuária. Em conformidade com Amaral (2001), o pensamento oficial de ocupação e colonização implantado na Amazônia e, especialmente, em Rondônia e que produziu o espaço que em que a atividade extrativa foi praticamente extinta e a atividade agropecuária tomou lugar no espaço e na dinâmica econômica regional.

⁶ Entrevista realizada em 16 de Janeiro de 2009, por Rolivaldo da Costa Queiroz.

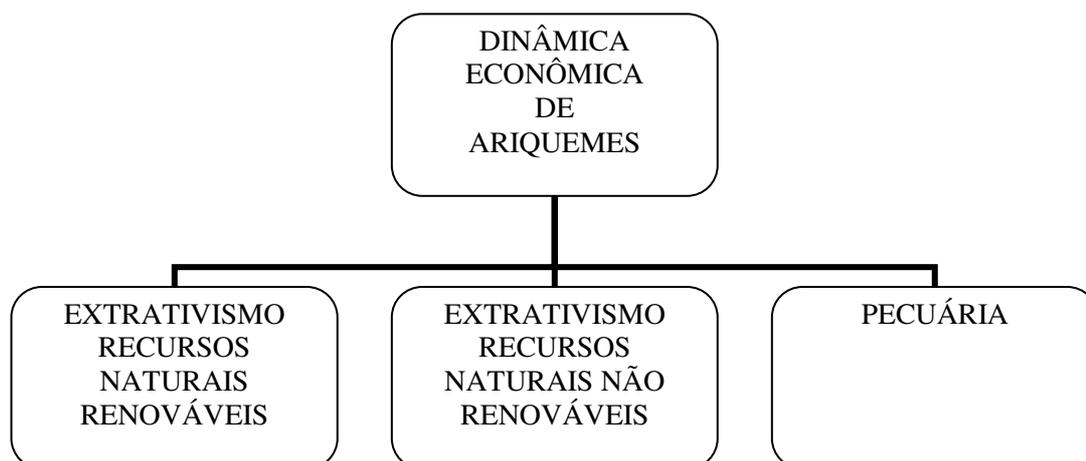
⁷ Basevi: empresa de terraplanagem, contratada para a abertura das linhas e dos travessões na região de Ariquemes.

⁸ Referindo-se às estradas de seringa.

3.3 – UM DEMONSTRATIVO DA EXPRESSÃO ECONÔMICA DE UMA CIDADE QUE CRESCE NA FRONTEIRA

As condições de existência e sobrevivência das pessoas que vieram para a nova fronteira econômica brasileira, a amazônica, enfrentaram uma série de agravantes e dificuldades. Contudo, estas dificuldades não foram suficientes para impedir tanto o desenvolvimento rural e o agrário do município de Ariquemes. No organograma abaixo demonstramos isto de modo mais sintético:

Figura 16: Dinâmica econômica de Ariquemes setor primário / 2008.



Fonte: SEMADEA - ARIQUEMES - RO.

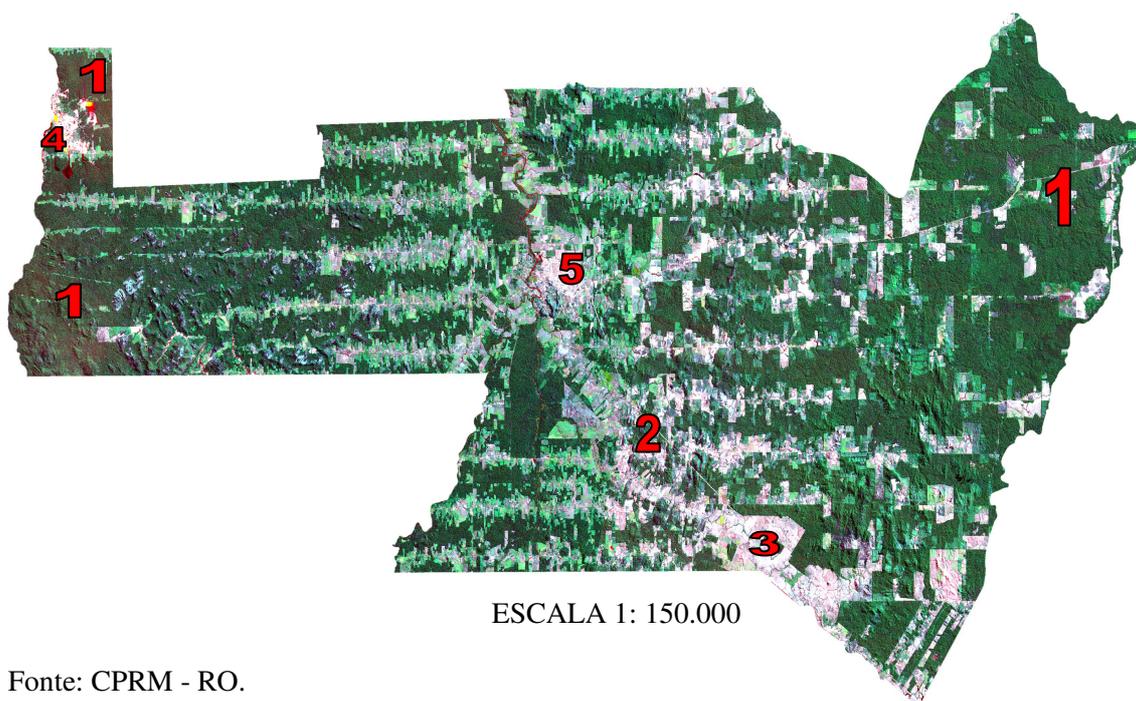
A economia do município está voltada para o setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo vegetal (principalmente madeira) e extrativismo mineral (cassiterita)). A sobrevivência da agricultura está na policultura como mostram as tabelas (7 e 8, p. 84 desta pesquisa).

Nota-se, portanto que, economia do Município de Ariquemes esta assentada no tripé da agropecuária. A indústria extrativa de recursos naturais renováveis, indústria de recursos naturais não renováveis e na pecuária tem contribuído para que o fenômeno da concentração de terras também ocorresse em Rondônia.

A dinâmica de concentração de terras segue os caminhos de antigas regiões brasileiras em que após da dinâmica de abertura da fronteira, tiveram a reconcentração fundiária e a fomentação do êxodo rural. Contudo, a produção familiar tem nos últimos anos sofrido impulso na sua produção em virtude do aumento de consumo na área urbana do município de Ariquemes e, sobretudo devido ao *conhecimento* agrícola trazido pelos sulistas na produção de gêneros de primeira necessidade.

A figura 17 abaixo mostra o processo de antropização criado a partir dos anos 1970, com destaque para áreas de maior interesse do projeto.

Figura 17: MUNICÍPIO DE ARIQUEMES – IMAGEM DE SATÉLITE PROCESSADA / 2008⁹



Fonte: CPRM - RO.

⁹ Base cartográfica extraída das folhas SC.20-X-C editada em 1981 pelo IBGE, SC.20-V-D editada em 1982 pelo DSG, SC.20-Y-B e SC.20-Z-A editada em 1983 pelo DSG, do corte cartográfico internacional DSG. Primeira impressão em 1981. Limites do município conforme Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, modificados pelas Leis nºs 6.921, de 16 de junho de 1981; 198, de 11 de maio de 1988; 364, 374, 375, 376 e 378, de 13 de fevereiro de 1992; 530, de 16 de dezembro de 1993 e finalmente, 544, de 28 de dezembro de 1993. Base planimétrica elaborada pela equipe do PRIMAZ/REPO, apoiado nas folhas do DSG, escala 1:250.000, acrescida de dados temáticos atualizados a partir de trabalhos de campo e imagens de satélite TMLANDSAT DE 07/94 E 07/95. Foram utilizados ainda dados de campo do IBGE/RO. Digitalizado a partir do software Maxicad e editoração no CorelDRAW Versão 8.0.

Na figura 17, podemos encontrar as seguintes informações:

- 1: Floresta Tropical Aberta e/ou Floresta Tropical Densa.
- 2: Capoeira - Áreas desmatadas e abandonadas, desenvolvendo-se vegetação secundária.
- 3: Áreas de Pastagem.
- 4: Lavra Mineral (Cassiterita).
- 5: Núcleo Urbano.

Mesmo tendo a produção familiar sofrido um incremento sistemático em seus valores quantitativos e na sua diversidade de produtos de primeira necessidade, a renda dos agricultores continua baixa. Isto, em virtude principalmente pela falta de transporte, o que de certa maneira limita a capacidade de ganho do agricultor, ver tabela 5: Distribuição da renda salarial de colonos em 1970, p. 70 desta pesquisa.

Estas dificuldades relacionadas ao transporte, somam-se a outros fatores para a produção agrícola daqueles que foram “transformados” em agricultores como é o caso do ex-seringueiro Anézio Nunes Ramos, sobre a sua inserção na agricultura disse-nos em entrevista (dia 19-01-2009) sobre as suas dificuldades em se adaptar à produção agrícola. Isto provavelmente foi uma constante para os demais trabalhadores rurais de origem extrativista e com pouca habilidade a lida com a terra na agricultura.

[...] eu tentei mexer com a terra ... com agricultura. Não deu não ... no machado não dá. Cadê o braço? Ainda, plantei muito arroz. Duas vezes eu plantei arroz 1 alqueire de cada vez ... plantei. Mas olhe, o tal de arroz serviu de experiência ... num dá de pagar as despesas. Porque sozinho como eu sou ... não dá para pagar as despesas (para cortar, trilhar, transportar), e ainda fica devendo. Eu colhi destes dois anos 3.600 kg. ... pesado numa balança que o governo tinha aí. Cento e quarenta e seis sacas de arroz por vez e não deu [...]

Notadamente que a produção agrícola de um ex-seringueiro, não pode ser considerada a produção de um agricultor nato, como os que vinham das regiões Nordeste e Centro-Sul.

Os nordestinos apresentavam grande habilidade em produzir cacau como diz Mendes (1988). Ademais, a presença da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira –CEPLAC–

no município de Ariquemes, data de 1976, como o assentamento dos primeiros colonos, em que imediatamente implantaram a cultura do cacau.

A partir de 1987, deu-se início ao programa brasileiro do cacau através das Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional –PROCACAU. Tinha-se como meta para 10 anos o plantio de 300 mil hectares de cacau como mostra a tabela 6 abaixo. O principal objetivo deste programa era garantir para o Brasil, o primeiro lugar na produção mundial de cacau com a estimativa de uma produção anual de 700 mil toneladas.

Tabela 6: Distribuição do plantio de cacau em hectares por Estado em 1980 .

Rondônia	90
Amazonas	10
Pará	50
Estados da jurisdição do POLOAMAZÔNIA	10
Bahia e Espírito Santo	140
Total	300

Fonte: CEPLAC - RO.

Segundo mesma fonte, do que foi estabelecido pelo PROCACAU para Rondônia, metade seria responsabilidade do escritório de extensão no município de Ariquemes. O dinamismo da cacaucultura neste município teve grande reforço a partir de 1979 com a alienação de terras públicas da Gleba Burareiro Licitação (figura 1: pg. 40 desta pesquisa), através da concorrência INCRA – DF – 01/1977, lançado para o plantio prioritário de cacau. Esta concorrência colocou à venda lotes agrícolas de 500 a 1000 hectares, aproximadamente. Os licitantes que adquiriram os lotes de 500 hectares tinham para fixarem-se definitivamente nesta parcela, obrigação de implantar no mínimo 125 hectares. De cacauzeiros, além de envidar esforços no sentido de tornar este pólo de cacau um difusor de tecnologia e grande gerador de empregos na área rural.

Dentro da proposta de empregabilidade governamental, o projeto de colonização – Marechal Dutra – que apresentava a prerrogativa de pequena produção e muitos moradores no mesmo lote. Seria assim fornecedor de mão-de-obra para os produtores de cacau da Gleba Burareiro Licitação.

Contudo, os moradores do PAD. Marechal Dutra e os habitantes da periferia do município de Ariquemes passaram a produzir diversificadamente como mostram as tabelas 5, 6, e 7 desta pesquisa, o que confere uma grande dinamicidade agrícola regional.

No entanto, que a lavoura cacaueteira enfrentava os mais variados tipos de problemas com os apresentados por Mendes (1988, p. 10), onde afirma, portanto que os fatores mais importantes, onde os quais estariam relacionados à: mão-de-obra especializada em seus aspectos quantitativos e qualitativos, a existência de pragas como a chupança (*Monaloniu ssp*), a broca dos frutos (*Conotrachelus ep* e *Carmenta theobromae*), o manhoso (*Steirastoma breve*) que ataca o caule impedindo a circulação da seiva, o que determina uma queda acentuada na produção quando não controladas adequadamente e a mais terrível de todas as pragas do cacaueteiro Vassoura-de-bruxa (*Crinipelis pernicioso*) considerada a mais importante das doenças do cacaueteicultura Amazônica, o seu ataque reduziu a produção das lavouras a níveis mínimos de produção. O que levou a lavoura cacaueteira praticamente a extinção no município de Ariquemes.

Notadamente, o município apresenta uma área rural possui 2.710 lotes legalizados (IDES, 2008), com padrões de habitação populares, o que caracterizaria a existência de pequenos produtores logo de produção familiar.

Entretanto a cidade apresenta um cinturão verde com 360 chácaras legalizadas, e que também apresenta padrões de habitação populares o que caracteriza produção familiar. Esta produção em sua grande maioria é comercializada na feira do produtor, que funciona em regime permanente na cidade. Este entreposto comercial (Feira Livre) passou por uma profunda reforma para enquadrar-se nos moldes de exigência de vigilância sanitária, da melhor visibilidade aos produtos de origem da produção familiar e da agregação de valores.

O município conta com uma área agrícola muito diversificada, com lavouras permanentes e temporárias onde produz: abacate, mamão, limão, manga, maracujá, palmito, pimenta do reino, tangerina, urucum, melancia, cupuaçu, mandioca, milho, arroz, feijão e olerícolas entre outros (Tabela 7 de lavoura permanente, Tabela 8 de lavoura temporária e Tabela 9, Cereais/Legumes e Oleaginosas). Possui ainda uma área de 45.196 hectares de lavouras, sendo que deste total 275 hectares são irrigados (IBGE/2006). Das culturas mencionadas, as que apresentam o maior

destaque são: a de cacau e café¹⁰ que são lavouras mais comercializadas por isto tendo a produção mais submetida à política de preços de mercado externos.

Tabela 7: Produção agrícola do município / 2006.

Lavoura Permanente	Hectares	T (ano)
Banana	70	560
Cacau	7.224	4.218
Café	5.010	3.607

Fonte: IBGE - 2006 - PROCEGURAR.

Tabela 8: Produção agrícola do município / 2006.

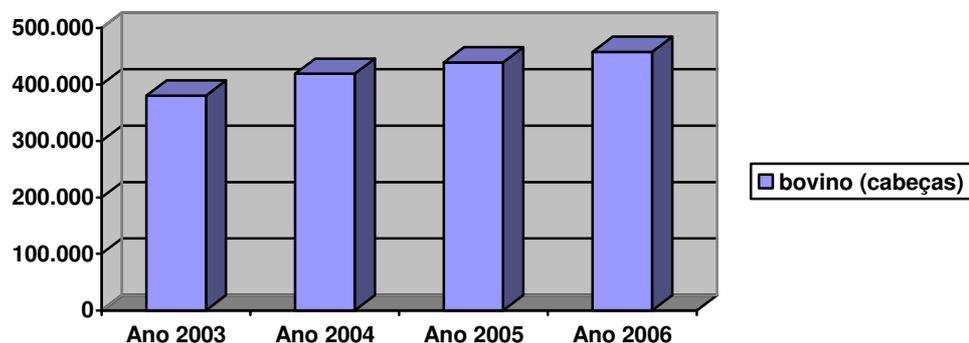
Lavoura Temporária	Hectares	Quantidade (ano)
Abacaxi	05	83.000 frutos
Arroz	3.500	9.100 t.
Feijão	550	220 t.
Mandioca	410	6.150 t.
Milho	2.577	5.025 t.
Amendoim	02	01 t.
Soja	50	140 t.

Fonte: IBGE - 2006 - PROCEGURAR.

Na pecuária, o município vem sofrendo incremento no número de animais, mesmo assim, o segmento atravessa uma forte retração econômica. Isto se dá em virtude de agentes internos e externos à realidade do município dentre as quais podemos citar sucessivos surtos de aftosa em estados e países vizinhos, queda nas exportações, elevação do preço dos insumos e defensivos agrícolas necessários à produção, queda no preço interno e quebra de frigoríficos (figura 18, p. 85 desta pesquisa).

¹⁰ Sendo o estado um dos maiores produtores de café do país é o 5° em volume anual, com destaque para o café tipo conilon.

Figra 18: Evolução do rebanho bovino do município 2003-2006.



Fonte: IDARON - RO.

A extração vegetal como apresenta a figura 16 (p. 79, desta pesquisa) a relação dos setores da produção, também corresponde a um importante campo de arrecadação municipal. Aja vista que, indústria extrativista vegetal em especial a de madeira (madeireiras), passam por um período de reordenamento econômico, que nos últimos anos tem atravessado uma das suas piores crises. Tudo isso, fruto de maior controle e de prevenção aos danos ambientais. A legislação se fez mais rígida, combatendo a devastação florestal, exigindo que as empresas aqui instaladas, se adequassem às novas normas de exploração.

Ao mesmo tempo, vivenciamos no município por parte das madeireiras nova forma de obtenção de renda (o reaproveitamento de material descartado). Algumas empresas investiram em tecnologia e apostaram no mercado externo. Agregam valor aos seus produtos e se incluíram nas indústrias de transformação, exportando assoalhos, pisos e produtos de acabamento para as indústrias moveleira. A produção local, de 2003, foi de 208.233 m³ de madeira processada tanto para o mercado interno como para o externo.

Segundo IBAMA/2007, o município de Ariquemes possui cerca de 115.727 hectares de matas e florestas preservadas.

A tabela 7 (p. 84 desta pesquisa) mostra a produção relativa ao extrativismo vegetal e silvícola, que nos últimos anos tem apresentado intenso processo de valorização. Tanto o quantitativo como o qualitativo, tem sofrido modificações e enquadrado nas novas regras de extrativismo nacional. Isto estaria de acordo com as exigências do mercado internacional para a comercialização dos produtos de origem florestal.

Tabela 9: Extrativismo Vegetal e Silvicultura / 2005.

	Quantidade
Seringa/Borracha	04 t
Madeira em Tora	113.966 m ³

Fonte: IBGE/EMATER - RO.

A produção mineral, como mostra a figura 16 (p. 79) relativo à dinâmica econômica do município de Ariquemes, atualmente funciona somente as cooperativas de exploração com menos de 50% de seu potencial produtivo. Registra-se novas ocorrências minerais relacionadas ao granito, ocorrendo por vezes sua associação com a cassiterita ou isolada, atingindo uma média mensal de 30t, seguida da colomita e o topázio que está em grande expansão não só em novas ocorrências minerais, como também no reaproveitamento das jazidas de cassiterita.

Notadamente os garimpos Massangana e Bom Futuro (Ariquemes), com média de produção de 01 t/mês, abrindo novos mercados nacionais e internacionais, contribuindo significativamente para a ampliação da mão-de-obra local, no que refere-se a exploração mecanizada, exigindo qualificação dos profissionais na lavra.

Do ponto de vista dos recursos minerais, o município de Ariquemes, possuiu a maior reserva estalinífera a céu aberto do mundo. Está localizada no distrito de Bom Futuro, que representa um dos pólos mais importantes do Estado no tocante à exploração mineral, graças fundamentalmente aos inúmeros depósitos de cassiterita localizados na região.

Nos últimos anos, evidencia-se que o setor de pedras ornamentais experimentou um impulso considerável em face da diversidade de espécies encontradas. Destas algumas se associam aos Granitos de Rondônia¹¹. Como toda exploração mineral, esta não foge à regra, produzindo desgaste ao meio e prejuízos ambientais.

Contudo, o setor primário tem apresentado níveis de desenvolvimento significativos e que tem alavancado os outros setores da economia e desta maneira a definitiva incorporação à

¹¹ **Younger Granites de Rondônia (Nyg):** correspondem aos granitos rondonianos, e idade neoproterozóica. Esta designação é dada aos corpos intrusivos, podendo apresentar ou não estrutura circular, não necessariamente estanífero, de natureza subvulcânica, constituídos de alkali-feldspato-granitos, sienogranitos, monzonitos, monzogranitos e rochas híbridas. Nestas áreas encontram-se os Latossolos Vermelho-Amarelo, Solos Podzólicos Vermelho-Amarelo e manchas de Podzólico Vermelho-Escuro, estando presentes ainda os afloramentos rochosos, sem cobertura de solos.

economia nacional e, portanto como eliminando com o pressuposto denominado de arquipélago geo-econômico, e que tem propiciado ao município um incremento qualitativo na sua urbanidade e urbanização como o destacado no próximo item.

3.5 – A RELAÇÃO RURAL/URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REALIDADE DO MUNICÍPIO NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS

A partir do processo industrialização nacional a urbanização favoreceu um grande crescimento das cidades do centro-sul brasileiro após 1960. Onde Santos (1994, p. 57), diz que o Sudeste, mais modernizado, mostra avanços importantes no processo de urbanização, e a Amazônia Legal em cuja qual esta inserido o Estado de Rondônia e Ariquemes, o índice de urbanização passa de 28,3% em 1950 para 52,4% em 1980 segundo mesma fonte, o que demonstra claramente que o Brasil mudou suas características socio-espaciais, pois como diz Santos (1994, p. 65), o Brasil agora dividido em dois espaços e que os denomina e *espaços agrícolas e espaços urbanos*, mostrando as transformações e influencias que tivera a expansão do meio técnico-científico e de espaços inteligentes.

Desta forma, o Estado, vê-se na necessidade de criar políticas públicas para amenizar as prováveis tensões que surgiam. É neste instante que a região norte “despovoada” passa a ser o gargalo para estas políticas.

Para tanto, a produção do espaço ariquemense, como dissemos, esteve pautado na necessidade de incorporação da região à economia do centro-sul. Assim, as fronteiras precisavam ser “ocupadas” para tanto, o então General Golberi, cria as prerrogativas necessárias para definitiva ocupação. Notadamente esta demanda teve influencia decisiva no processo de transformação de antigas áreas de seringais em condicionantes visíveis para a instalação de cidades. Neste sentido onde Ariquemes se dinamiza e ganha importância como centro urbano estadual e regional, como se observa em item a seguir.

3.6 – ARIQUEMES: UMA CIDADE/MUNICÍPIO DE FRONTEIRA?

Por estar o município localizado na segunda aproximação do ZEE¹² (Zoneamento Socioeconômico e Ecológico) na subzona 1.1 (figura 19, p. 90) e apresentar auto índice de ocupação humana e auto potencial natural – solos com boa aptidão agrícola e com baixa susceptibilidade à erosão – foram destinados à consolidação de atividades socioeconômicas. Logo, a elaboração do zoneamento, sobretudo na segunda aproximação, serviu não somente para aprofundar o conhecimento sobre os meios físicos, bióticos e sócio-econômicos, mas para internalizar muitos conceitos, técnicas de levantamentos de dados, análises de informações.

Por ser Ariquemes uma cidade de fronteira, tem apresentado índices de desenvolvimento significativos nas áreas de: pecuária, piscicultura, desdobramento de madeira, exploração mineral, cafeicultura, lavoura branca e hortifrutigranjeiros. Notadamente, o município tem atravessado um período de transformação no que refere-se à sua capacidade de produção agrícola. As atividades que por muitos anos foram as grandes sustentadoras e geradoras de riqueza perdem força, dando espaço às atividades emergentes como: pecuária, piscicultura, fruticultura, agroindústria e aproveitamento de madeira para a movelaria.

Para tanto, exemplifica-se de maneira completa os períodos de desenvolvimento econômico vividos pelo Estado de Rondônia. Estes podem ser caracterizados por ciclos¹³ econômicos que se apresentam como de fundamental importância no processo de colonização e desenvolvimento do município de Ariquemes, cujos reflexos foram importantes para o surgimento e o desenvolvimento urbano.

Ariquemes apresenta-se como um dos municípios com maior potencialidade para o incremento tanto de pessoas como de capital. Contudo, sua localização geográfica esteja na franja/fronteira do desenvolvimento econômico amazônico, apresenta dificuldades ao promover este novo instrumento sócio-econômico, que seria a mudança de procedimento no campo produtivo. Passa, portanto, de um município com características predominantemente silvícola para um município que dependeria não mais do extrativismo, mas que estaria voltado principalmente

¹² Instituído por Decreto Estadual Nº 3782 de 14 de Junho de 1988, visava racionalizar a ocupação do espaço rural do território de Rondônia, de forma a promover o desenvolvimento econômico evitando desequilíbrios ecológicos, preservando os ecossistemas frágeis e/ou representativos da biodiversidade.

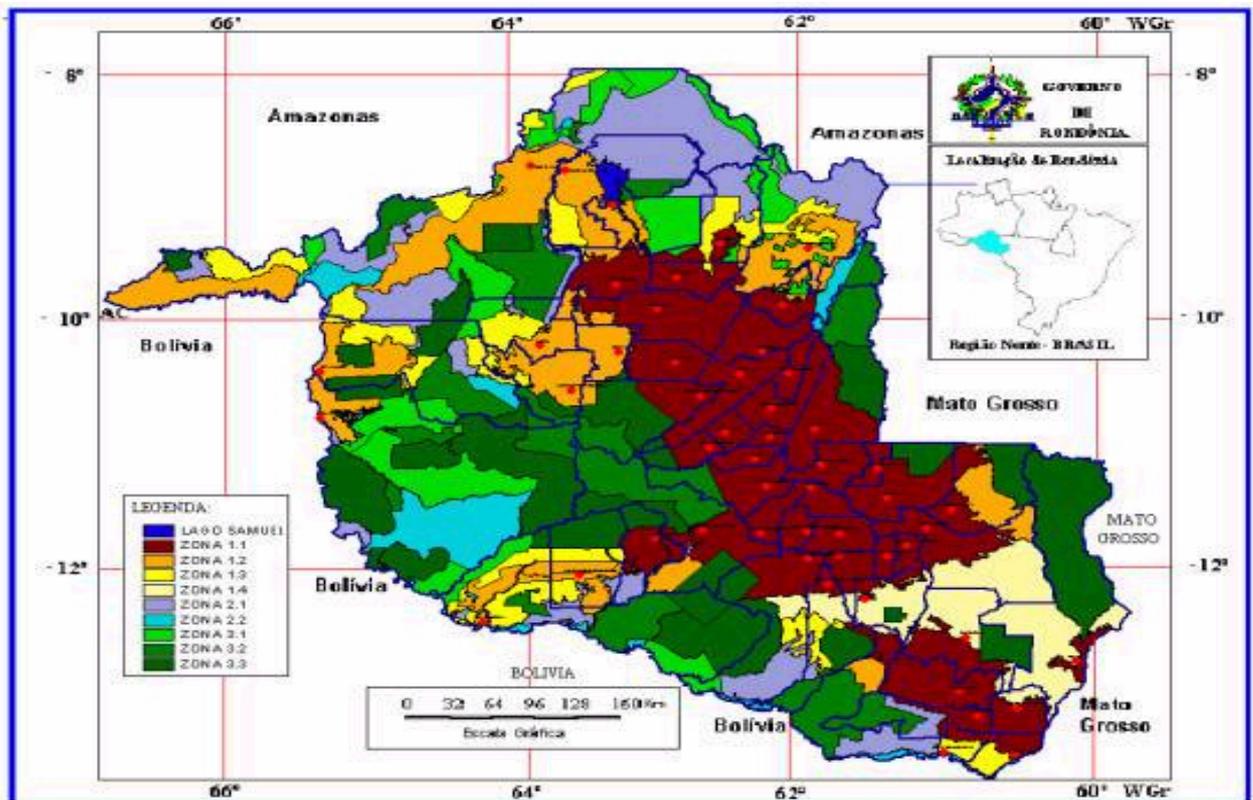
¹³ Compreendemos como ciclos econômicos: extração do látex: primeiro ciclo – 1910-1915; segundo ciclo – 1943-1945; da extração de minério: ouro e cassiterita e o da agricultura – 1970.

para a agricultura e a transformação desta matéria prima, assim como os critérios apresentados pelo ZEE de 1988.

Em virtude ao modelo de ocupação do espaço ter ocorrido ao longo dos eixos das BRs, o conceito de corredor ecológico não abrange o município de Ariquemes, ficando este portanto submetido apenas ao conceito de cidade de fronteira, no que refere-se ao modo de ocupação e de produção e de organização do espaço municipal.

O corredor ecológico surge como um fator determinante para assegurar a conservação e a preservação da biodiversidade de unidades de conservação e reservas extrativistas.

Figura: 19 - Mapa do Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) aprovado pela Lei Estadual nº 233/2000.



Fonte: Atlas Geo-ambiental de Rondônia.

Na atualização do **ZEE**, conceitos de sustentabilidade mais assertivos foram incorporados ao texto legal, pois além do uso apropriado para cada Zona e respectiva Subzona foram estipulados os locais onde devem ser incentivadas as seguintes atividades econômicas:

- 1 – aproveitamento da Floresta Amazônica associada a Sistemas Agro-Florestais;
- 2 – a adoção de práticas adequadas e manejo no uso dos recursos naturais de forma a maximizar o valor da Floresta; o manejo sustentado dos recursos florestais e,
- 3 – em particular, o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas, de preservação permanente (matas ciliares e de encostas) e da reserva legal.

O estímulo à aplicação de políticas públicas compensatórias e à realização de obras de infra-estrutura, tais como estradas, também foram condicionadas às diretrizes de uso das subzonas.

CAPÍTULO VI

4.1 – DISCUSSÕES

Ao longo deste trabalho observamos as políticas oficiais para se “ocupar” o espaço amazônico, assim como de sua transformação, em uma nova fronteira para o capital e para o humano que para aí se dirigiram. Percebemos que as decisões tomadas no âmbito da expansão da fronteira, basicamente eram de uma visão regional de um “vazio demográfico”. Seu isolamento, em relação às demais regiões brasileiras, tornava-se elemento limitador para as políticas de incremento e de transferência de capital e até de novas populações.

Por outro lado, haviam fortes tensões sociais surgidas nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. Estas se davam em função de mudanças na matriz econômica e social, e especialmente, pelo novo reordenamento geo-econômico e demográfico, em face de forte industrialização que vinha ocorrendo campo e na cidade no Centro-sul, somado aos velhos problemas fundiários nordestino. Em ambas as situações havia forte liberação de mão-de-obra, sobretudo, de trabalhadores familiares rurais.

Encontraremos em Prado. Jr. C. (1979) as bases fundamentais para compreendermos as situações que justifique as políticas governamentais frente as tensões sociais que se espalhavam pelas demais regiões brasileiras, onde ele diz que:

A questão da reforma agrária vem ganhando entre nós, nos últimos tempos, considerável impulso. Seja de um lado por pressões vindas de baixo, seja de outro, através de iniciativas oficiais direta ou indiretamente estimuladas por aquelas pressões, o fato é que o assunto se propõe cada vez de maneira mais insistente. Têm ocorrido nestes últimos anos repetidos conflitos sociais de gravidade crescente, que gira em torno do problema da terra. Foram entre outros mais salientes e de maior repercussão, o caso dos posseiros de Porecatu, no Paraná, e da região do Rio Doce em Minas Gerais; o da ocupação de terras da Fazenda Santa Helena em Marília (S. Paulo); dos acontecimentos tão recentes de Santa Fé do Sul, também em S. Paulo; do choque armado entre trabalhadores agrícolas e a polícia goiana em Planaltina, de que resultaram 11 mortes, fato ocorrido em dezembro último. É ainda o caso, de tão larga repercussão nacional, do arrendatários do Engenho Galiléia em Pernambuco, quando o governo do

Estado se viu forçado a desapropriar as terras do Engenho e distribuí-las entre os lavradores que as ocupavam. (PRADO. Jr. 1979, p. 127).

Foram questões como estas expostas por Prado. Jr. C. (1979) que observamos as interferências do governo nacional na fronteira amazônicas e que também é a fronteira do capital. Assim, foram implementadas políticas oficiais de redirecionamento populacional e em cuja proposta favoreceu um alvoroço e determinação pela administração nacional para a Região Norte e, especialmente Rondônia. Neste contexto das tensões e conflitos fora da Amazônia, a colonização viria como *válvula de escape* para as transformações e problemas das demais regiões brasileiras.

Contudo, Ianni (1979, p. 11-29) em Colonização e contra reforma agrária na Amazônia, irá dizer no mesmo ano que: “a ocupação de áreas de antigas frentes de expansão, seria a solução para tais tensões, entretanto, para que se chegasse a estas propostas de ocupação, criaram-se anteriormente alguns mecanismos que estariam impedindo os produtores de gêneros de subsistência, ou seja, o produtor familiar, de ter acesso à terra”.

Logo, políticas como as desenvolvidas pela Lei Nº 5.404 de 30 de novembro de 1964 conhecida como Estatuto da Terra, que orientaria a política de reforma e desenvolvimento agrário no país e cria institutos – de Reforma Agrária (IBRA) e de Desenvolvimento Agrário (INDA) – que substituiriam a Supra – Superintendência da Reforma Agrária – (ANDRADE. M. C., 1989, p. 43) o *jargão oficial* de desenvolver a região Norte “*HOMENS SEM TERRA, PARA TERRA SEM HOMENS*”, estariam de fato criando um pressuposto de proteção e concentração de terras para os proprietários nas regiões Centro-Sul e Nordeste, e notadamente impondo uma nova dinâmica de ocupação para nova fronteira brasileira.

Consideramos ainda que o novo aparelho do estado pós 1950, junto com a ampliação industrial e inserção do Brasil na economia mundo Becker e Egler (1992), exigir da nação brasileira uma reorganização nas estruturas econômicas e territoriais. Esta deveria não só elevar sua categoria no quadro de países produtores de matéria-prima especificamente, para ser produtor de bens industrializados. Desta forma, tornava-se necessário uma reorganização espacial da economia brasileira para que esta pudesse acompanhar as modificações e realizar sua inserção na economia-mundo. A formidável expansão do sistema capitalista mundial no pós-guerra foi acompanhada pelo Brasil. Não somente como exportador de mercadorias, mas, devido à marcante

presença do Estado na oferta de infra-estrutura, como campo de investimentos produtivos de empresas nacionais e multinacionais (BECKER e EGLER. 1992, p. 112). A articulação territorial nacional com a abertura de fronteira vinha atender esta dimensão de um mercado do tamanho do país, mas vinculado numa unidade centralizada a partir da metrópole paulista.

Isto justificava, pois a dinâmica apresentado pela economia brasileira até os anos 1950, não oferecia condições para que a nação alcançasse os pressupostos necessários para a uma presença mais efetiva aqui do capital produtivo estrangeiro. Isto, pois a nossa economia apresentava um desenvolvimento –no formato de ilhas de produção. Estas mudanças seria o rompimento do arquipélago, para uma unidade continental da economia nacional em torno de uma região concentradas, como já tratamos.

Então, coube ao Governo criar elementos de concentração da economia e o seu alinhamento à política do centro-sul do Brasil.

Na eminência de se resolver estes “problemas” o Estado irá implementar grandes projetos de colonização. Assim, há um planejamento efetivo do seu território e a apresentação de um novo ordenamento sócio-ambiental. Este então teria que ser capaz não só de resolver os dilemas do excedente demográfico do Centro-sul, como também reduzir os conflitos agrários do Nordeste.

Para tanto, a presença do INCRA como elemento organizador das terras denominadas devolutas ou terras da união, e, as de antigos seringais, são objeto de interesse nacional para a implantação de assentamento rurais. Isto vinculando a importância para o dinamismo da região juntamente com a construção e pavimentação de rodovias, pois a ocupação de suas margens torna-se elemento indispensável na ocupação e inserção regional no processo de alienação da economia brasileira (BECKER e EGLER. 1992).

A geopolítica se tornou uma doutrina explícita, sendo ao mesmo tempo uma justificativa para e um instrumento da estratégia e da prática do Estado. Em concordância com os objetivos do projeto, a estratégia do governo concentrou as suas forças em três espaços-tempo com práticas específicas: 1- a implantação da fronteira científico-tecnológica na “core” área do país; 2- a rápida integração de todo o território nacional, implicando a incorporação definitiva da Amazônia; 3- a projeção no espaço internacional. (BECKER e EGLER. 1992, p. 126).

Para tanto, as políticas oficiais de ocupação e desenvolvimento da Região Norte, alcançou seus objetivos. O que não se tinha em mente e não estava previsto em seus projetos, era uma ocupação tão intensa e massiva, causando novos problemas também na Amazônia e não resolvendo os antigos nas regiões Centro-Sul e Nordeste.

Logo, a ocupação da Amazônia brasileira resulta uma política de redirecionamento econômico nacional e de ressentimento de ter as terras ao homem dela expropriado. Assim, foram “invadidas” por populações espoliadas do Nordeste e do Centro-Sul brasileiro e ainda de países vizinhos; frente às políticas de ocupação, Governo brasileiro passa a desenvolver as fronteiras nacionais.

O controle do território seria realizado a partir de intervenções em locais estratégicos, o que estaria justificando a necessidade de ocupar a fronteira oeste do Brasil. Então, Rondônia se insere neste contexto como terra de investimento para os capitalistas, terra de trabalho para as famílias camponesas expropriadas pela modernização rural, mas em tudo como espaço de esperança, de novas oportunidades. Assim muitos lugares surgem, outros já existentes crescem e transforma-se em cidades, municípios, inclusive Rondônia se fez Estado Federado no âmbito da sua condição de terra de fronteira.

Deste modo, a população migratória que ocupa a Região do Vale do Jamari (ver quadro 8 de população urbana, rural e taxa de urbanização dos municípios do Vale do Jamari em 2000) e especialmente a cidade de Ariquemes nas décadas de 1970 e 1980, tem especificamente origem rural. Migraram para Rondônia exclusivamente pela disponibilidade de terras e ou pelos baixos preços praticados nas negociações das terras amazônicas e ariquemenses. Condições e disponibilidade de terras, juntamente com a propaganda oficial de que em Rondônia existiria terra para todos que viessem, favoreceram sobremaneira o fluxo demográfico e a produção de fixos e fluxos na região. Isto causou modificações radicais na fisionomia do município que atualmente já passou de uma cidade com características eminentemente rurais, para uma cidade com características urbanas como mostra a tabela 10 e a figura 20 a seguir.

Tabela 10: Distribuição da população por município, segundo a região Vale do Jamari (zonas: urbana e rural), Rondônia 2000.

Estado/Municípios	Total	Urbana	Rural	Urbanização
Ariquemes	78.039	57.734	20.305	73,0%
Alto Paraíso	14.084	4.333	9.751	30,7%
Buritis	30.521	18.233	12.288	59,7%
Cacaulândia	5.398	1.854	3.539	34,4%
Cujubim	7.305	3.472	3.733	48,8%
Campo Novo	12.633	3.306	9.327	26,1%
Jarú	54.352	29.992	24.360	55,1%
M. d'Oeste	24.724	11.940	12.784	48,2%
Monte Negro	13.838	6.271	7.567	45,3%
Rio Crespo	3.127	923	2.204	29,5%
Rondônia	1.431.777	917.852	456.283	64,1%

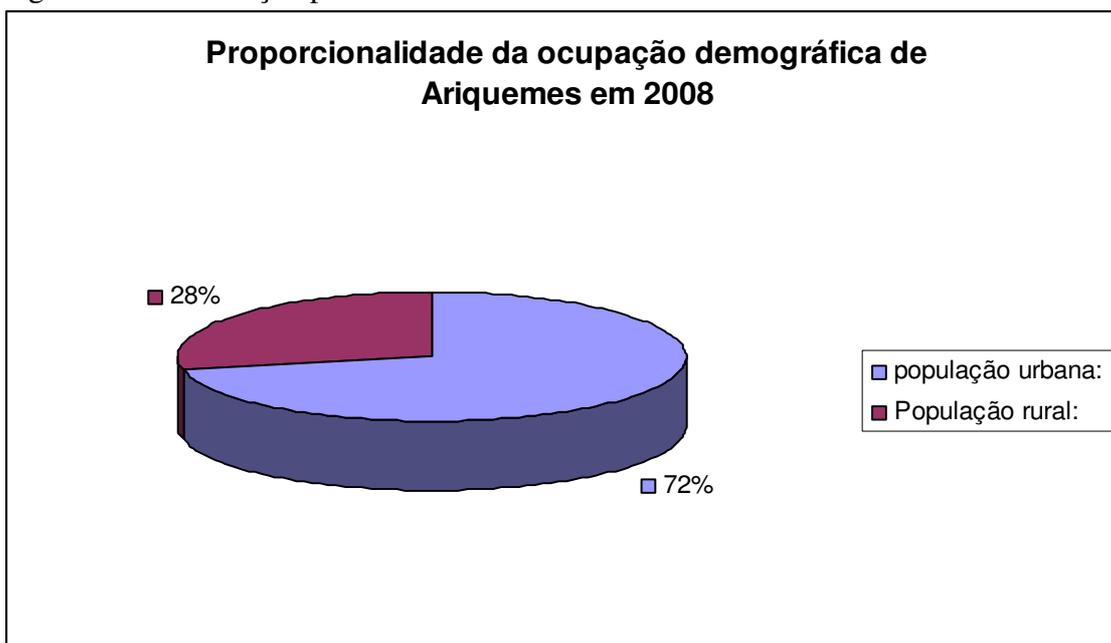
Fonte: Censo Demográfico - IBGE.

Ao analisarmos os coeficientes de antropização e urbanização entre os municípios do Vale do Jamari, observa-se que Ariquemes apresenta a maior densidade demográfica, com 16,8 hab./km²¹⁴, a distribuição da população apresenta-se de forma regular e homogênea na zona rural, visto que surgiram os traçados dos projetos de assentamentos rurais e projetos de colonização, voltados para atender aos pequenos agricultores.

A figura 20 mostra a relação existente entre a concentração demográfica de Ariquemes entre a população urbana e rural.

¹⁴ Estes dados foram obtidos a partir de análises realizadas em tabelas disponibilizadas pela SEMADEA-MDA de 2008.

Figura 20: Distribuição por zona / 2008.



Fonte: SEMADEA. ARIQUEMES / RO.

Contudo, as mudanças de perspectivas econômicas da região têm contribuído para que nos últimos anos do século XX, e nos anos iniciais do século XXI, uma redefinição da população rural, não só do município, mas da região como um todo. Onde as novas oportunidades de renda e de qualidade de vida, em que pese a educação, têm contribuído para um novo fluxo populacional, em menor intensidade e com maior qualidade de vida dos habitantes da zona rural do município e dos municípios vizinhos, tem migrado para Ariquemes em busca de oportunidades de emprego, renda e cursos superiores.

Notadamente, o processo de desenvolvimento e urbanização do município, verificado na pesquisa, deixa evidente que o seu propósito em mostrar as características de organização sócio-espaçial do município tendo como pressuposto fundamental a ocupação de espaços rurais se confirma, muito embora atualmente seja possível perceber um novo quadro de ocupação, onde ouve o predomínio da população rural sobre a urbana.

O processo de urbanização dos municípios pertencentes ao Vale do Jamari e fundamentalmente de Ariquemes, que é o foco da pesquisa, fundamenta-se nos mais variados elementos de atração populacional. Como exemplo de atração populacional encontramos: as oportunidades de trabalho e renda, formação educacional e saúde; assim como no primeiro

momento migraram de regiões distantes em busca de novas oportunidades, a cidade agora marca esta nova característica da mobilidade demográfica.

A pesquisa procurou demonstrar a importância de Ariquemes como uma cidade de fronteira, o que se mostrou eficaz no que concerne o seu potencial de atração para os mais variados setores da economia. Ariquemes apresenta uma das maiores redes de bancos do Estado, canalizando para si a economia dos municípios pertencentes ao Vale do Jamari, e de outros municípios próximos. No entanto, o desenvolvimento de Ariquemes não baseia somente na sua capacidade de produção de bens duráveis e não duráveis, mas como centro regional.

Nos últimos anos, e que fora percebido na pesquisa, que Ariquemes tem apresentado um incremento significativo na produção pecuária, e de produtos de origem agro-extrativista, o que tem favorecido a implantação de muitos projetos de manejo sustentáveis para a produção agrícola e extrativismo florestal. Pode-se dizer que Ariquemes não está na vanguarda do desenvolvimento sustentável, mas tem buscado nos últimos anos enquadrar-se nesta nova metodologia de produção pensando nas gerações futuras e na preservação dos recursos naturais florestais disponíveis, aja vista que o município está localizado segundo o ZSEE, na segunda aproximação em área de grande potencialidade para o aproveitamento agropecuário (a produção de alimentos como: arroz, feijão, milho, mandioca, café, cacau, da pecuária de leiteira e corte ainda a piscicultura), e os melhores solos, o que confere ao município e aqueles que estão na subzona 1.1 (como mostra a figura 19, p. 90 desta pesquisa), menor vulnerabilidade.

Conseguimos ao longo da pesquisa, perceber que o município de Ariquemes no intervalo de 30 anos transformou-se de uma promessa, para uma realidade efetiva e dinâmica no que referimos às questões de infra-estrutura de estradas que agora são suficientes para o escoamento da produção agrícola, a infra-estrutura bancária como antes mencionado uma das melhores do Estado, infra-estrutura comercial, indústria, serviços e de assistência técnico-científica.

4.2 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de espaços rural apresentou uma influência decisiva no processo de formação não só do município de Ariquemes, como também uma dinâmica de urbanização que configurou na alienação da região Norte à economia do Centro-Sul, de modo que a integração nota-se a partir da abertura e asfaltamento de estradas, onde, a BR-364 tem uma significância fundamental na dinâmicas e ocupação. No entanto, a implantação de assentamentos rurais ao longo do eixo da rodovia, apresenta-se como instrumento indutor para a configuração dos pressupostos integracionista do governo brasileiro.

A existência de grandes jazidas estaliníferas na região de Ariquemes, acompanhada por um processo de reestruturação do estado nacional e ainda as adversidades climáticas (secas), que desde os anos 1950, colabora para que haja um processo migratório da Região Nordeste para as diversas regiões –Sudeste, Sul e Centro-Oeste e posteriormente o Norte.

Notadamente, os elementos naturais cooperaram para que a região acabasse sendo alvo das políticas militares para resolver os problemas não só das secas como também a reestruturação da agricultura nacional a partir da mecanização, que cria um enorme excedente demográfico, e, no entanto a preocupação em readequação desde excedente, passaria pela necessidade de cria-se novos espaços geográfico.

A bandeira principal para a criação de novos espaços geográficos na Região Norte e em especial Rondônia, passa pela falsa premissa de “vazios demográficos”. No entanto, a Região Norte assim como Rondônia desde tempos remotos estava ocupada por população nativa (índios) e ou por população de extrativistas que por estas paragem chegaram nos períodos de conflitos internacionais (1912-1945, Seringueiros e Seringalistas), podendo terem ocupado estas terras bem antes da nova política nacional de ocupar os “vazios demográficos” e ou de “ocupar para não entregar”.

Para tanto, as intenções governamentais, acabaram se efetivando, uma vez que os problemas socioeconômicos nacionais precisavam ser resolvidos.

A presença do estado como elemento que planeja e (des)envolve as populações de um modo geral é notada em todos os ambientes rondonienses, e, fundamentalmente no corte das áreas que seriam posteriormente transformadas em assentamento, e como esta divisão foi realizada. A figura 1 p. 40 e a figura 10 p. 60, sugerem uma leitura bastante esclarecedora a cerca desta organização e intenção governamental.

No entanto, para os assentamentos que proporcionaram a existência de um contingente demográfico significativo para o município de Ariquemes, assim como a ação do Ministério das Minas e Energia atuando no fechamento do Garimpo Bom Futuro e posteriormente a abertura somente para empresas “especializadas”, para a extração e lavra mecanizada, confirma a presença do Estado como planejador e formador de espaços.

O aproveitamento das terras para a implantação dos assentamentos rurais ao longo do eixo das rodovias BR-364 e BR-421, além de ter uma função estratégica na sua localização, apresenta também disposição *sui-gênere* no que refere-se à população que recebeu os lotes. Em cada assentamento, uma história. Para os assentamentos: Gleba Burareiro, no formato da letra “L” porém invertido, foi colocado estrategicamente para aproveitar as melhores terras, as de maior fertilidade, e as pessoas que nele fossem assentadas, deveria ter reserva econômica e capacidade de gerenciamento, cabendo então a uma pequena parte a população, ou seja, médicos, advogados, engenheiros, etc. esta organização não deixou outra sugestão que não a de implantar em Ariquemes, o maior “Qi¹⁵” da Amazônia (VALVERDE. 1979), uma condição questionável, uma vez que muitos selecionados nunca vieram em seus lotes, o que favoreceu a concentração fundiária, o que Oliveira (2008), chama de “Os latifúndios do INCRA”. A Gleba Burareiro Licitação, embora não apresentando as melhores terras assim como a do Gleba Burareiro em formato de “L” invertido, tinha seus lotes negociados a empresários do Sul-Sudeste, que pudessem implantar pecuária e em poucas áreas a monocultura do cacal.

Dos assentamentos criados nos anos 1970 e 1980, o Marechal Dutra foi o que apresentava as terras de menor fertilidade e população com as menores condições econômicas, porém, estrategicamente funcional, visto que, os assentados deveria ter/não uma família e estivesse verdadeiramente executando os trabalhos no lote, com pena de perdê-lo caso o INCRA percebesse

¹⁵ Esta expressão serviu nos anos 1970-1980, como indicativo de qualificação pessoal, ou seja, nível de instrução: quanto maior fosse a escolaridade maior seria a capacidade intelectual do indivíduo, esta é uma expressão contestada, pois as habilidades desenvolvidas pelos indivíduos é que denomina se ele é ou não mais habilidoso em determinada área ou atividade do conhecimento e não a instrução, ou formação acadêmica.

a inadimplência no que tange a produção rural. Estes pequenos produtores ou produtores de gêneros de subsistência estariam sendo “aproveitados” (devido sua capacidade produtiva e qualificação na lida com a terra), como mão-de-obra nos assentamentos Burareiro e Licitação.

A produção cacaueteira, assim como a cacaueteicultura não obteve os resultados esperados, tendo em vista a doença vassoura de bruxa, desta feita, mesmo tendo uma boa fertilidade no solo, a produção foi insipiente, favorecendo a concentração fundiária e a proliferação das pastagens e da pecuária com atividade principal no município de Ariquemes.

Considerando as ideias acima, conclui-se que a produção do espaço rural no município de Ariquemes, assim como a pavimentação das BRs, 364 e 421, o fechamento do Garimpo Bom Futuro, transformou o município em uma “capital regional” pelo fato de concentrar as atividades dos setores da economia –secundário e terciário–, o que confere-lhe a denominação de município de fronteira. Fronteira do capital, fronteira agrícola, fronteira de oportunidades para aqueles que vieram e àqueles que ainda chegam em busca de oportunidades e do eldorado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ÁLVARES-AFONSO. F. M. **Rondônia: ocupação, crescimento e organização agrária.** Ed. Realce. 2008.

AMARAL. J. J. O. **Mata virgem terra prostituída.** Ed. Edefro. 1999.

_____. **Os latifúndios do Incra.** Edefro. 2007.

_____. **Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o Desenvolvimento. Vol.1.** Ed. Edefro. 2001.

Atlas Geoambiental de Rondônia. 2002.

BECKER. B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro. Ed. Geramond, 2004.

_____. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia.** Cadernos NADIAM. Brasília. MMA, 1999.

_____. **Uma nova potência regional na economia – mundo.** Ed. Bertand Brasil. 1998.

_____. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados 19 (53). 2005.

_____. Modelos e cenários para a Amazônia: o pape da ciência. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Revista Parcerias Estratégicas - número 12 – Setembro de 2001.

_____. **Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico.** in. Brasil Questões Atuais da Regionalização do Território. p. 223-244. Organizador: Iná Elias de Castro e Paulo César da Costa Gomes. Roberto Lobato Corrêa. Ed. Bertrand Brasil. 2005. 470 pg.

_____. **Amazônia, geopolítica na virada do III milênio.** Ed. Garamund. 2004.

CARVALHO. H. M. **O campesinato no século XXI.** Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Ed. Vozes. 2005.

DOLLFUS. Oliver. **O Espaço Geográfico.** Ed. Bretrand Brasil. 1991.

FERREIRA. D. Ap. O. **Mundo rural e geografia.** Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. Ed. Unesp. 2002.

GIL. A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Ed. Atlas. 1996.

HAFFER. Jungen. **Ciclos de tempo e indicadores de tempos na história da Amazônia.** Estudos Avançados 6 (15). 1992.

- HÈBETTE. Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento.** Ed. Universitária UFPA. 2004.
- HISSA. Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras.** Ed. UFMG. 2001.
- IDES. **Instituto de desenvolvimento econômico e social.** PMDERS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável. 2008.
- KANT. I. **Crítica da Razão Pura** . Ed. Martin Claret. 2001. Tradução Alex Martins.
- KOHLHEPP. GERD. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados 16 (45). 2002.
- LEAL. Paulo Nunes. **O outro braço da cruz.** Ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas. 1984.
- LENCIONI. S. **Região e Geografia.** Ed. Edusp. 1999.
- LOUREIRO. Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas.** Do período da borracha aos dias atuais. Ed. Distribel. 2002.
- MARTINS. J. S. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano.** Ed. Hucitec. 1997.
- MENDES. Fernando A. T. **Avaliação dos fatores Sócio-Econômicos que afetam a lavoura cacaueteira.** O caso da gleba Burareiro Licitação, município de Ariquemes RO. 1988. (Dissertação de Mestrado U.F. do Ceará).
- MESQUITA. Myriam Guiomar Gomes Coelho e EGLER. Eugênia Gonçalves. **Rondônia e regiões vizinhas.** in. A organização do espaço na faixa da TRANSAMAZÔNICA. IBGE VI. 1979.
- MORAES. A. C. R. **Ideologias Geográficas: espaço cultura e política no Brasil.** Ed. Hucitec. 1996.
- MONTEIRO. Maurílio de A. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional.** Estudos Avançados 19 (53). 2005.
- NEVES. A. M. e LOPES. A. M. **Projeto de assentamento dirigido Burareiro & Marechal Dutra.** Org. VALVERDE. O. IBGE. 1979.
- OLIVEIRA. A. U. Revista **Orientação** N° 7 p. 83. USP. 1996.
- OLIVEIRA. F. **A economia da dependência imperfeita.** Ed. Graal. 1989.
- PAULA. E. A. de **(DES)Envolvimento insustentável na Amazônia ocidental.** Dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Ed. EDUFAC Rio Branco AC. 2005.
- PERDIGÃO. F. e BASSEGIO. L. **Migrantes amazônicos.** Rondônia: a trajetória da ilusão. Ed. Loyola. 1992.
- PRADO JÚNIOR. C. **A questão agrária no Brasil.** Ed. Brasiliense 1979.

REYNAUD. Alain. **A noção de espaço em Geografia**, in: O espaço Interdisciplinar. Ed. Nobel. São Paulo, 1986.

RIBEIRO. Ivan. **A agricultura e o capitalismo no Brasil**. 1975. in. SANTOS. Raimundo. Questão agrária e política: autores pecebistas. EDUR. Rio de Janeiro. 1996.

SANTOS. Milton. **A urbanização brasileira**. Ed. Hucitec SP, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo-razão e emoção. Ed. Hucitec, 1999.

SANTOS DE MORAES. C. **Engenharia social na geração de emprego**: O reencontrado elo perdido das reformas agrárias. Edições IATTERMUND. 1997.

_____. **O reencontrado elo perdido das reformas agrárias**. Edições do IATTERMUND. 1997.

SILVA. Hélio. **Desenvolvimento e Democracia 1956/1960**. Ed. Três. 2004.

SILVA. Silvio S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia Acreana**. Tese Doutorado, Presidente Prudente. 2005.

SOJA. E. W. **Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social critica**. Ed. Jorge Zahar Editor. 1993.

SPOSITO. M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. Ed. Contexto. 2004.

STEDELE. J. P. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. MST. 2003.

THÉRY. Hervé. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente**. Estudos Avançados 19 (53). 2005.

VELHO. O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Ed. Zahar. 1972.

WILLIAM. Raymond. **O campo e a cidade**. Ed. Companhia das Letras. p. 439. 1990.

ZÚNICA JÚNIOR. R. D. **Diagnóstico Socioeconômico de Ariquemes**. Edição SEBRAE. Sd.

